

Thiago Juliano Sayão

Nas veredas do folclore

Leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975)

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, curso de Pós-Graduação em história da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão.

Florianópolis

2004

Queremos problematizar a unidade do “nós” e a alteridade do “outro”, e questionar a separação radical entre os dois que em primeiro lugar torna a oposição possível.

(Akhil Gupta)

Quando você for convidado pra subir no adro
Da fundação Casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(e são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados
E não importa se olhos do mundo inteiro
Possam estar por um momento voltados para o largo
Onde os escravos eram castigados
E hoje um batuque um batuque
Com a pureza de meninos uniformizados de escola secundária
em dia de parada
E a grandeza épica de um povo em formação
Nos atrai, nos deslumbra e estimula
Não importa nada: nem o traço do sobrado
Nem a lente do Fantástico, nem o disco do Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão
Se você for a festa do Pelô, e se você não for
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui – o Haiti não é aqui.

(Gilberto Gil e Caetano Veloso, *Haiti*)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: “CATARINENSISMO”: UMA RESIGNIFICAÇÃO IDENTITÁRIA	18
Entre tradição e modernidade.....	19
Mosaico e integração cultural.....	34
CAPÍTULO 2: IMAGENS “AÇORIANAS”	45
Formação do “açorianismo”	46
Funcionários e folcloristas	59
Um Estado diferente.....	61
CAPÍTULO 3: A BRASILIDADE CATARINENSE	66
Identidade mestiça	68
Fronteiras do folclore	81
Modernização e folclore	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
FONTES.....	100
BIBLIOGRAFIA	103

Para meu filho Breno

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o auxílio de várias pessoas, dentre elas o de Luiz Felipe Falcão, que de forma paciente procurou sugerir os caminhos a trilhar, mostrando (desde a elaboração de um projeto de pesquisa) o quanto se apresentava relevante, atualmente, a problematização em torno das políticas culturais, que, ao longo do trajeto, fomos entrelaçando com as questões acerca da identidade/diferença, tema instigante para ambos. Por tanto gostaria de deixar registrado meu agradecimento a este amigo e professor.

Agradeço também a todos os professores que direta e indiretamente contribuíram, seja no curso de graduação na UDESC ou na pós da UFSC, para minha formação, possibilitando o acesso aos textos e as idéias. Também ao “pessoal” do grupo de estudos sobre *cidade*, particularmente a Regina que me indicou a matéria no jornal O Estado sobre o “renascimento do Boi de Mamão”.

A Marlen pelas conversas entre cafezinho e as aulas no CFH.

A Cynthia Campos por ter se colocado a disposição para conversar sobre o andamento das pesquisas, e por suas significativas contribuições durante a “qualificação”, que ajudaram a dar um corpo renovado ao texto. Da mesma forma agradeço a Sônia Maluf que me mostrou alguns pontos a ressaltar na dissertação e outros a rever, sugerindo leituras importantes para se pensar, entre outras questões, acerca do “regionalismo”.

A Dilma Juliano pelo incentivo e sugestões.

A CAPES por possibilitar o acesso a “bolsa” e permitir uma dedicação maior para a pesquisa. A Nazaré pela atenção e dedicação aos pós-graduandos.

A Mercedes pela atenção dispensada nos momentos de pesquisa na Biblioteca Pública do Estado.

A Sê pela constante companhia e por ter cuidado do Breninho quando eu tentava me manter concentrado no texto e atento diante da tela do computador que aos poucos foi sendo preenchida pelas palavras que compõem este texto.

A Rita pelo carinho de mãe.

INTRODUÇÃO

O presente texto procura perceber a construção da identidade catarinense por meio de uma série de discursos sobre uma cultura local, onde intelectuais buscaram pensar a unidade cultural da região, seja através do “açorianismo”, seja via “catarinensismo”.

Se por um lado, a identidade “açoriana”, na década de 1940, apresentou-se como uma reivindicação da brasilidade catarinense, graças às heranças portuguesas, por outro, o discurso em torno da diversidade (variedade) cultural ganha maior força na década de 1970 e recoloca a questão da identidade do Estado, passando a instituir uma cultura de caráter plural. O “catarinensismo” surge, então, como um novo olhar sobre o Estado, visto, neste momento, como um mosaico de culturas.

Para vislumbrar estes dois momentos de construção de uma identidade temos como protagonista o movimento folclórico em Santa Catarina, responsável pelos estudos da Comissão Catarinense de Folclore que surge em 1948, durante a realização do Primeiro Congresso de História de Santa Catarina (este, em homenagem ao bicentenário de colonização “açoriana”).

A escolha do tema surgiu por um interesse e curiosidade sobre os recorrentes aparecimentos, nos anos 1990 (quando cheguei em Florianópolis para estudar e morar), de um folclore ainda insistentemente “açoriano”, como marca legítima de uma cidade litorânea catarinense.

Quando entrei em contato pela primeira vez com uma manifestação folclórica no Estado fui envolvido também por um certo estranhamento pois, vindo de uma cidade grande (Rio de Janeiro) e sem ter tido contato com o folguedo (Boi-de-mamão) dito local, meu olhar “estrangeiro” parecia mirar uma cultura sem encontrar nela qualquer identificação. Assim, este trabalho surge a partir de certas questões acerca da instituição simbólica de uma identidade coletiva, que procura diferenciar o “nós” enquanto pertencente ao grupo social do litoral de Santa Catarina, dos “outros” enquanto os de fora, de outras localidades e com outras culturas. Busca entender o processo de diferenciação cultural por meio de políticas culturais, que reafirmam um caráter catarinense.

Neste sentido acredito que o folclore, como marco/delimitação social, aparece como um tema instigante para se pensar as relações sociais por meio do simbólico e estabelecer pontos de contato entre as políticas culturais e a instituição de certas identidades no mundo contemporâneo.

Pesquisando em documentos da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina entrei em contato com os Boletins da Comissão Catarinense de Folclore e percebi, curiosamente, que a referida Comissão (a qual, segundo Celestino Sachet, teve sua “idade de ouro” na década de 1950, atuando “no levantamento e na conscientização da realidade cultural do homem de Santa Catarina através do estudo de suas manifestações da alma primitiva”¹) era composta por intelectuais que detinham posições sociais de prestígio e poder (no sentido de saber) na sociedade catarinense.

Assim, uma primeira questão se colocava: como diferenciar o folclore discursiva e sistematicamente produzido pela Comissão Catarinense de Folclore, de uma cultura

¹ Ver: SILVA, Jaldyr B. Faustino da, et al. **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro : Laudes, 1970. p. 93.

elaborada por pessoas que, em muitos casos, cultivavam, através da oralidade, uma cultura “própria”? Afinal, o que entendo por folclore: seriam manifestações culturais de grupos sociais ou uma forma de exercer saber-poder de um grupo ou uma classe social proeminente?²

Na medida em que optei por analisar a produção cultural a partir da Comissão de Folclore, passo a conceber folclore como uma categoria discursiva, um conjunto de dizeres que se manifestam sob a forma de textos e/ou imagens, produzido por determinados sujeitos (identificados como folcloristas) em momentos sócio-culturais específicos que, por sua vez, se apropriam de certas manifestações populares para compor um quadro do que seria uma “cultura popular”. Isto, decerto, não desconsidera uma certa autonomia das práticas culturais não oficiais³, mas tenta perceber a cultura como uma série de relações sociais complexas, que dificilmente se pode definir por duas categorias antagônicas: cultura popular e erudita.

As “delimitações essenciais” entre o culto e o popular já foram questionadas por Mikhail Bakhtin em seus estudos sobre a Renascença, onde elementos da cultura do “povo” circulavam entre as esferas da literatura erudita. Bakhtin mostrou que tanto o universo culto influenciava o popular, quanto o popular ao culto, numa verdadeira “circulação cultural”. “Não só a literatura, mas também as utopias do Renascimento e a

² Sobre as teorias a cerca da cultura popular ver: STRINATI, Dominic. **Cultura popular – uma introdução**. São Paulo : Hedra, 1999.

³ Estas são lidas em um sentido oposto àquele atribuído aos estudos folclóricos, fazem parte de culturas produzidas por sujeitos sociais muitas vezes marginalizados dos processos de constituição institucional da cultura, e se colocam em um sentido vetorial oposto aquele atribuído pelos estudos folclóricos (fruto de políticas que se querem hegemônicas). Podemos chamá-las de culturas populares no sentido reivindicado por Michel de Certeau, que não as considera a partir de uma pretensa existência essencial ou a-histórica, mas sim na relação com os “produtos impostos por uma ordem econômica dominante”. As culturas populares, compreendidas neste sentido, fazem-se na relação com uma cultura dominante, num jogo de apropriação e re-apropriação da linguagem, como “resistência à lei histórica de um estado de fato e suas legitimações dogmáticas”. Ver: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – 1. a arte de fazer**. 6ª edição. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

sua própria concepção do mundo estavam profundamente impregnadas pelas formas carnavalescas de mundo”.⁴

Porém, na modernidade as fronteiras entre o universo popular e erudito vão aparecer de forma cada vez mais borrada, principalmente quando consideramos os avanços das “indústrias” da cultura de massa⁵, que se apropriam de elementos culturais diversificados e acabam compondo uma cultura “híbrida” e variada a fim de atender ao maior número possível de espectadores. A imagem dos dois pólos culturais (cultura popular e erudita) que Bakhtin aponta, esgarça-se e se embarça na cultura de massa.

Por outro lado, as distinções entre “criação e consumo”, entre “produção e recepção” também são colocadas em dúvida. Aqui podemos considerar os escritos de Michel de Certeau que mostram que no consumo/recepção também há criação/invenção; como reforça Roger Chartier: “a leitura de um texto, pode assim escapar à passividade que tradicionalmente lhe é atribuída. Ler, olhar ou escutar são, efetivamente, uma série de atitudes intelectuais”. Neste sentido, a oposição letrado/popular dá lugar a uma outra leitura dos discursos e práticas sociais, que “longe de submeter o consumidor à toda-poderosa mensagem ideológica e/ou estética que supostamente o deve modelar – permite na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência”.⁶

Contudo, ao invés de tentar identificar o que é cultura popular ou cultura de elite, ou ainda, saber se pode se chamar popular ao que é criado pelo povo ou aquilo que

⁴ BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. 4ª edição. São Paulo : Hucitec; Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1999. p.10.

⁵ Segundo Dominic Strinati: “cultura de massa é a cultura popular produzida por técnicas de produção industrial e comercializada com fins lucrativos para uma massa de consumidores. É uma cultura comercial, produzida para o mercado.” Ver: CAPRA, Dominis. Op. Cit. p. 26. Já para Denys Cuche a noção de “massa” é problemática, pois “remete tanto ao conjunto da população como ao seu componente popular”, confundindo assim “cultura *para* as massas” e “cultura *das* massas”. Além disso, Cuche chama a atenção para o aspecto da recepção desta cultura da mídia, que de maneira alguma é uniforme. Ver: CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2ª edição. Bauru, SP : EDUSC, 2002.

⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. Lisboa : Difel, 1990. p.59/60.

lhe é destinado, considero importante procurar esclarecer conceitualmente o folclore como o resultado de uma leitura sobre certas práticas populares e como uma apropriação (que implica em escolhas, com seleção) do universo “tradicional”. Ou seja, como discursos que, por sua vez, estão em estreita ligação com outras produções culturais que são suas contemporâneas.

O folclore, assim entendido, aparece como “assimilação” de uma cultura atribuída ao “povo”, uma categoria discursiva *inventada*, que está em relação íntima com o contexto sócio-político-cultural em que emerge. Esta invenção, porém, tem um sentido distinto do atribuído por Michel de Certeau ao consumo: não é a invenção enquanto “resistência” a um discurso que se quer hegemônico, mas uma invenção no sentido de instituir uma identidade por meio da cultura, neste caso, de uma cultura regionalizada, catarinense.

A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma, é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser (ou um dever de ser). É *fazer ver* a alguém o que é e, ao mesmo tempo, *lhe fazer ver* que tem de se comportar em função de tal identidade.⁷

Neste sentido, os discursos folclóricos da Comissão Catarinense de Folclore procuram instituir certas práticas culturais, selecionando um conjunto de tradições do “povo” catarinense. Segundo Renato Ortiz: “a noção de cultura popular enquanto folclore recupera invariavelmente a noção de “tradição”, seja na forma de tradição-sobrevivência ou na perspectiva de memória coletiva”.⁸ O folclore assume uma

⁷ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2ª edição. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

⁸ ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1985.

perspectiva conservadora, que busca através da idéia de origem (essência) os traços de uma identidade, seja ela nacional ou regional.

Os estudos folclóricos surgem, assim, como forma discursiva que procurava conhecer, sublinhar certas apresentações culturais e exercer seu poder sobre diferentes discursos/práticas. Os discursos folclóricos aparecem dentro de um campo cultural e simbólico de conflitos, usado, por exemplo, como uma forma de poder para reivindicar uma classificação ou identificação cultural de um “povo”, apropriando-se de certas práticas populares.

É neste sentido que o folclore, palavra inventada por certos intelectuais-produtores que ao nomear congelavam em discursos/imagens uma cultura atribuída ao povo, identificada e definida para o povo, age como um conceito que nos possibilita uma leitura do mundo. Desta maneira, ele implica numa forma de hegemonia, delimitando um quadro bipolar entre “cultura de elite” (“alta” cultura) e “cultura popular” (“baixa” cultura) e reforçando a separação entre as culturas. O termo folclore refere-se assim a uma cultura rústica, artesanal, pré-moderna. Por isso os estudos sobre “cultura popular”, enquanto folclore, surgiram em um período de transição e de consolidação dos estados nacionais modernos, onde se buscava a base de uma cultura para a população de uma nação ou região⁹.

No Brasil, por sua vez, o folclore aparece, no começo do século XX, como tema importante para se pensar a identidade nacional, mas foi a partir do final dos anos 1940

⁹ O processo de unificação dos estados nacionais europeus nos séculos XVIII e XIX foi acompanhado por uma busca da cultura da “alma” do povo que foi alvo constante do interesse de intelectuais que procuravam as bases de uma identidade nacional no repertório das tradições e no cabedal da cultural oral. Assim podemos compreender os registros de histórias infantis dos Grimm ou ainda as canções populares coletadas por Herder, que procurava a unidade espiritual do povo alemão. O folclore por este lado assume um papel estratégico na construção de um imaginário social no âmbito das fronteiras políticas dos Estados nacionais. A cultura popular compunha as bases de uma cultura para os habitantes da nação, independentemente de suas classes sociais, mantendo uma unificação simbólica (da elite e do “povo”) em torno da idéia de uma cultura elementar nacional. Ver: BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. 2ª edição. São Paulo : Companhia das Letras, 1989, e também, ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**. São Paulo : Olho de águia, 1992.

que ele surge enquanto um discurso institucionalizado, particularmente, através das Comissões de Folclore espalhadas pelo país.¹⁰ Neste sentido, me refiro ao folclore como uma categoria discursiva ligada às formas oficializadas de concepção das culturas populares, como uma categoria de análise passível de ser aprendida através de suas textualidades.

Estes discursos, junto com outros documentos sobre cultura catarinense, mostram dois contextos sócio-culturais diferenciados. Num primeiro momento, que vai do final da década de 1940, com a criação da Comissão Catarinense de Folclore até, aproximadamente, começo da de 1960, encontrei uma série de dizeres que destacam uma cultura litorânea como fator da brasilidade em Santa Catarina. Num segundo momento, final da década de 1960 e começo da de 1970 (que marca o re-surgimento dos estudos folclóricos), percebi, de forma mais significativa, a emergência de discursos que nomeavam Santa Catarina mais como um “Estado sulino” formado por um “complexo mosaico de culturas”.¹¹ Estes períodos não se fecham nas fronteiras temporais sugeridas, mas servem como base para se pensar uma produção cultural dinâmica relacionada a contextos sociais diferenciados.

Os Boletins da Comissão Catarinense de Folclore¹² compõem, desta maneira, um guia, junto com outras fontes, que possibilita uma leitura sobre política cultural e identidade em Santa Catarina. O primeiro número do Boletim foi publicado em 1949 que até 1963 apresentou uma produção de 28 números em 19 exemplares publicados

¹⁰ A Comissão Catarinense de Folclore foi uma entre tantas que participaram do que Luiz Rodolfo Vilhena denomina de “movimento folclórico brasileiro”. Ver: VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão – o movimento folclórico brasileiro 1947-1964**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1997.

¹¹ Ver, por exemplo, CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Composição social de Santa Catarina. In: SANTOS, Silvio Coelho dos (organizador). **Povo e tradição em Santa Catarina**. Florianópolis : Editora Empreendimentos Educacionais Ltda – EDEME, 1971.

¹² A coleção dos Boletins da Sub-Comissão Catarinense de Folclore ou Comissão Catarinense de Folclore consultados encontra-se na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e alguns exemplares também podem ser encontrados na biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina.

(alguns boletins publicavam num mesmo exemplar mais de um número), que denomino de primeira fase de produção da Comissão. Uma segunda fase começou com a republicação dos Boletins em 1975, e neste estágio a Comissão de Folclore apresentou uma produção com quatro números na década de 1970, oito na de 1980 e onze na de 1990. Contudo, não pretendo estender as análises às últimas décadas (1980, 1990 e até mesmo às publicações da primeira década do século XXI) e sim me concentrar na primeira fase e no momento de “renascimento” do folclore, em 1975, após uma década sem financiamentos (tendo sido criado em 1949, teve uma maior produção na década de 1950, vindo a sofrer com a falta de recursos a partir de 1960).

Assim, os Boletins auxiliam na elaboração de um panorama sobre o pensamento intelectual acerca das práticas culturais do Estado, através de discursos produzidos e organizados pelos membros da Comissão Catarinense de Folclore, composta (em 1949) por: Oswaldo Rodrigues Cabral (no cargo de secretário geral), Almiro Caldeira, Altino Flores, Carlos da Costa Pereira, Henrique da Silva Fontes, Martinho de Haro, Osvaldo Ferreira de Mello Filho, Othon Gama D’Éça, Victor Antônio Peloso Junior, Walter Fernando Piazza, entre outros¹³. Muitos destes intelectuais, por sua vez, estavam engajados em outras frentes políticas e culturais, ocupando cargos importantes junto ao governo do Estado, como pude constatar em pesquisas junto aos Diários Oficiais de Santa Catarina. Por meio destes foi possível localizar os cargos públicos que estes intelectuais ocuparam.

No primeiro capítulo, procurei mostrar o folclore em relação ao processo de acelerada urbanização e conseqüente mudança sócio-cultural na capital de Santa

¹³ Além dos já citados contavam entre os folcloristas catarinenses de 1949: Álvaro Tolentino de Souza, Antônio Nunes Varela, Antônio Taulois de Mesquita, Aroldo Caldeira, Aroldo Carneiro de Carvalho, Carlos Bücheler Junior, Custódio de Campos, Elpídio Barbosa, Henrique Stodieck, Hermes Guedes da Fonseca, Ildefonso Juvenal, João dos Santos Areão, João Crisóstomo de Paiva, João A. Sena, Plínio Franzoni Júnior, Pedro José Bosco, Roberto Lacerda e Vilmar Dias.

Catarina, onde, na década de 1970, houve um re-surgimento do folclore catarinense, com a republicação dos Boletins produzidos pela Comissão Catarinense de Folclore e pelo re-aparecimento de grupos folclóricos que buscavam um posicionamento social junto às políticas de promoção do turismo. Por outro lado, o Estado encontrava no folclore um rico manancial de desenvolvimento econômico. Neste momento, ao mesmo tempo em que a sociedade se diversificava¹⁴ e se urbanizava, com a presença, inclusive, de um novo e significativo meio de comunicação de massa (a televisão) a identidade local era rediscutida sob os pressupostos de uma diversidade de culturas ao Estado. O folclore surge assim com todo seu potencial integrador do colorido da diversidade local e a identidade diversificada aparece como a marca do “catarinensismo”.

O segundo capítulo, por outro lado, busca perceber o contexto em que a Comissão Catarinense de Folclore surgiu, destacando as comemorações do bicentenário de colonização açoriana contempladas no Primeiro Congresso de História de Santa Catarina, em 1948. Lembrando que a criação da Comissão Catarinense, como integrante das Comissões Nacionais de Folclore, correspondia também aos anseios do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), que por sua vez fora criado a partir de solicitações de um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) a UNESCO – Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, que procurava incentivar junto aos seus países membros “pesquisas-piloto” no âmbito da cultura, usando métodos “científicos” para diagnosticar as autênticas manifestações culturais que caracterizariam as diferentes nações. Neste contexto, a Comissão

¹⁴ Segundo estudos do Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECCA) a capital do Estado passou, nos anos 1960 e 1970, por um acentuado desenvolvimento urbano e aumento das comunicações entre as cidades do Estado e Florianópolis, passando a atrair, por exemplo, um grande contingente de estudantes e professores com a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina, além de outros sujeitos interessados nas “novas oportunidades na vida governamental, dinamizada pelas construções e atuações de grandes empresas estaduais e federais, trazidas pela enorme burocracia e estatização do período militar”. Ver: Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina**. Florianópolis : Insular, 1996. p.59.

Catarinense de Folclore teve autonomia suficiente para construir um panorama da cultura em Santa Catarina, tendo no elemento “açoriano” a base para se pensar a identidade nacional no Estado.

O terceiro capítulo desdobra-se a partir dos anteriores, e nele proponho uma leitura sobre o pensamento dos folcloristas que, apesar de sofrer mudanças ao longo do tempo, permanecia ainda de certa maneira ligado aos discursos instituídos no começo do século XX por Silvio Romero, considerado um precursor dos estudos sobre “cultura popular” no Brasil. Nesta parte, são levantadas questões a cerca da miscigenação, cara aos folcloristas; conceito que pulsa nos escritos de autores como Gilberto Freyre, que vislumbrava no processo de mistura racial um fator positivo e definidor da brasilidade.

Busco, portanto, neste trabalho, os discursos e seus produtores que, desde o final da década de 1940 (com o governo de Aderbal Ramos da Silva) até meados da década de 1970 (com Antônio Carlos Konder Reis como governador), fizeram circular uma série de imagens que procuravam ordenar a cultura catarinense, e a partir deles tecer uma análise de uma política cultural institucional que tem como protagonista a Comissão Catarinense de Folclore.

CAPÍTULO 1: “CATARINENSISMO”: UMA RESIGNIFICAÇÃO IDENTITÁRIA

O folclore catarinense ao meu ver, dada a sua diversificação é um dos mais importantes do Brasil. Além de recebermos as manifestações culturais dos que primeiramente aqui habitaram, a herança luso-africana teve grande influência na formação da nossa cultura de tradição. É bem verdade que Santa Catarina é o Estado que menos percentagem de negros entrou na formação étnica de seu povo, mesmo assim cultivamos acentuadamente as manifestações culturais do povo africano. Outras manifestações culturais nos foram transmitidas oriundas de povos europeus que para o sul do Brasil imigraram trazendo a sua contribuição à formação cultural da nossa população, principalmente de italianos e alemães. O folclore de Santa Catarina ainda se interliga com o Rio Grande do Sul, principalmente na zona campeira onde são registrados inúmeros Centros de Tradição Gaúchas. É um folclore que nos tem sido transmitido por aculturação de há muito integrado aos catarinenses da região serrana. Por aculturação recebemos ainda as manifestações hispânicas. São estas as razões que me fazem considerar importante o folclore de Santa Catarina.¹⁵

Doralécio Soares

A citação acima de Doralécio Soares mostra um quadro do panorama cultural que se impõe com todo o colorido da diversidade cultural catarinense. Por meio dos estudos sobre folclore era possível perceber descendentes de portugueses, africanos (mesmo que em “minoria”), alemães, italianos, espanhóis etc, que subsumiam na moldura de uma identidade regional.

Neste viés as políticas culturais voltavam-se para uma revalorização dos espaços culturais do território catarinense, e conseqüentemente para uma revalorização do

¹⁵ In: Jornal **O Estado**, 02/02/1975.

folclore de Santa Catarina, com o papel de identificar simbolicamente cada uma das micro-regiões¹⁶ catarinenses e suas respectivas tradições. O Estado era visto então como um problema pelos gestores e interlocutores das políticas públicas, tendo em vista a sua fragmentação econômica e cultural. Por outro lado, toda essa variedade de culturas transformava-se em produto inserido numa lógica de mercado, atualizando-se funcionalmente em meio a um mundo liberal de incessantes trocas econômicas.

Entre tradição e modernidade

Nas décadas de 1960 e 1970 processaram-se em Santa Catarina, mais especificamente na capital do Estado, importantes modificações culturais, fruto de uma acentuada aglomeração urbana que, entre outros fatores catalisadores, contou com a implantação de uma rede viária que passou a ligar as cidades do interior do Estado e outras cidades brasileiras à Florianópolis, que se firmava como um pólo político e cultural.

Junto com o desenvolvimento de uma infra-estrutura econômica em Santa Catarina foram apontados os avanços de uma “infra-estrutura cultural”¹⁷ na área de comunicações, que iriam consolidar a transmissão de uma cultura de massa via tele-

¹⁶ O Estado de Santa Catarina foi dividido em duas grandes regiões: Litoral e Planalto e estas subdivididas em treze “micro-regiões econômicas”, segundo o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD), plano de metas do governo de Colombo Machado Salles (1971-1975). As treze micro regiões são: Grande Florianópolis; Foz do Rio Itajaí; Médio Vale do Itajaí; Alto Vale do Itajaí; Nordeste de Santa Catarina; Planalto Norte Catarinense; Alto Rio do Peixe; Meio Oeste Catarinense; Extremo Oeste de Santa Catarina; Oeste de Santa Catarina; Região Serrana; Litoral de Laguna; Sul de Santa Catarina. Ver: MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina – Nova Dimensão**. Florianópolis : Ed. Universidade Federal de Santa Catarina, 1973.

¹⁷ Entre as bases materiais para a “difusão” cultural estariam as redes de televisão. Ver: **Revista Catarinense dos Municípios**, ano 2, n.11, 1970.

difusão. O crescimento das transmissões televisivas contou, por exemplo, com a implantação da TV Cultura em Florianópolis, que segundo Carlos Humberto Correa:

Representou um marco verdadeiramente importante no desenvolvimento das comunicações em Santa Catarina pelo caráter técnico com que é dotada, bem como por sua política integracional.¹⁸

Num outro sentido, a televisão, junto com outros meios de comunicação (rádio, jornais, revistas e cinema), foi consolidada como um veículo “desorganizador” de uma cultura local e “degradante” de uma cultura erudita. É neste contexto de acelerado desenvolvimento dos meios de comunicação e de crescimento urbano, principalmente da capital do Estado, que a identidade catarinense foi re-imaginada por intelectuais ligados a esfera governamental.

Segundo Michel Agier: “os sentimentos de perda de identidade são compensados pela procura ou criação de novos contextos e retóricas identitárias”.¹⁹ Para este autor pensar a identidade é considerar, primeiro, as influências “externas”, os contextos sociais onde estão inseridos os “profissionais da identidade”: aqueles que “enunciam a identidade das “comunidades”, trabalham na recuperação e na proteção de suas tradições em vias de desaparecimento ou de “descaracterização”, e terminam por viver, eles próprios, desse trabalho identitário”.²⁰ São, nas palavras de Pierre Bourdieu, os “porta-vozes autorizados”, aqueles que conseguem “agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em

¹⁸ **Revista Catarinense dos Municípios**, ano 2, n.16, 1970.

¹⁹ AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Mana. [online]. Out. 2001, vol. 7, n. 2. capturado no site: <http://www.scielo.br> dia 02 de fevereiro de 2004.

²⁰ Idem.

que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador”.²¹

Em Santa Catarina, no período estudado, um destes personagens foi Osvaldo Ferreira de Melo, intelectual e técnico administrativo, que dirigiu o Departamento Municipal de Educação e Cultura de Florianópolis (1961). Engajou-se na produção e divulgação de conhecimentos acerca de uma cultura catarinense localizada entre um passado – compromissado com o folclore – e um futuro projetado pelos planos de desenvolvimento. Em seu livro “Reflexões para uma política de cultura”, ele faz uma análise retrospectiva dos anos em que esteve a frente dos órgãos de produção e difusão de “bens culturais como também na estrutura diretiva do planejamento governamental”.²² Segundo o autor: “em termos de desenvolvimento cultural, não se pode negar a importância da tradição, da transmissão de valores e de bens culturais, estabilizados em uma civilização, mas também não se pode, em nome desta, impedir ou prejudicar o progresso, a descoberta, a pesquisa e a invenção”. Osvaldo de Mello era mais um dos representantes de um novo tempo, um intelectual que tinha sua “função” prática junto ao governo e, nas suas palavras, representava uma geração de intelectuais “funcionais” a serviço do Estado, que ao mesmo tempo procuravam unir tradição, enquanto um passado cultural popular selecionado, e modernidade, anunciada nos planos de desenvolvimento.

Para os intelectuais vinculados neste período ao Estado, a atuação de um corpo técnico à frente da administração estadual constituía-se como fator decisivo e diferencial nas políticas governamentais. A fim de romper com as políticas públicas pré-1961, apostava-se em uma forma de conceber a governabilidade calcada não mais na

²¹ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p. 89.

²² Ver: MELO, Osvaldo Ferreira de. **Reflexões para uma política cultural**. Florianópolis : Editora da UFSC, editora Movimento, 1981.

“política clientelista”, que teria marcado o modo de se gerir os recursos públicos antes da criação dos planos quinquenais. Segundo Silvio Coelho dos Santos, no correr dos cinco anos de governo de Celso Ramos (1961-1966), dentro do PSD formaram-se “duas correntes políticas, chamadas respectivamente Sorbonne e Paraguaia, sendo a primeira formada pelos técnicos e os que defendiam a sua política desenvolvimentista e a segunda, pelos que se continuavam afirmando no eleitorado de clientela”.²³ Esta forma de governar – baseada na técnica e no estreito envolvimento de intelectuais junto ao governo do Estado catarinense – foi, segundo Coelho, uma marca condicional do período desenvolvimentista, sem que os laços “clientelistas” tenham desaparecido nesta “nova” forma tecnocrática de se fazer política.

Sob a denominação de “intelectual funcional”, Osvaldo de Melo, distinguia seus pares daqueles intelectuais que ele denomina de “apenas” “eruditos” (no sentido de diletantes), atribuindo um papel especial ao intelectual funcional que deveria, naquele momento particularmente relevante, concentrar toda sua capacidade e inteligência para decodificar os sinais de uma cultura que estaria “ameaçada” de se desfigurar frente a uma “massificação cultural”. Este novo sujeito, resultado de um hibridismo entre funcionário público e intelectual, pensava na educação das gerações futuras e apregoava suas previsões catastróficas para a sociedade do amanhã:

Impregnados, por um lado, pela arte massificada que lhes é imposta e desinteressados, por outro lado, do cultivo das coisas do espírito, sempre predispostos a repelir tudo que lhes pareça antigo, clássico, erudito ou profundo, (eis que os apelos ao divertimento e à superficialidade feitos pela sociedade de consumo são muito fortes), os jovens, nossos contemporâneos, não têm manifestado, em regra, interesse em receber a carga cultural que a eles se pretende transmitir. Se esforços muito

²³ SANTO, Silvio Coelho dos. **Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1968.

rigorosos não forem feitos pelo Estado e pelas entidades responsáveis na sociedade civil, estaremos assistindo, em breve, ao fim, pelo menos das características materiais de nossa civilização ocidental.²⁴

Oswaldo Ferreira apresenta-se como um “salvador” da cultura civilizada (cultura) em um momento de acelerada mudança sócio-cultural. Detentor de um capital cultural proporcionado por uma cultura “erudita” superior, ele olhava para “baixo” e via o aumento indiscriminado de uma cultura destinada ao consumo. Para ele cultura pode ser classificada em quatro tipos: a “superior” que se constituiria pelo “saber erudito” responsável pelas “pesquisas, invenções e descobertas”; a cultura “média”, que se situaria numa zona intermediária entre a “cultura superior”; a “cultura de massa”, “caracterizada por manifestações que não têm comprometimento com a vida intelectual ou com as necessidades mais refinadas do espírito”, produzida pela “indústria cultural e divulgada/comercializada pelos “meios de comunicação de massa”, então, “exclusivamente compromissada com o divertimento”; e, enfim, a “cultura popular”, ou cultura folk ou folclore, que seria “transmitida de geração a geração” de forma oral.

Oswaldo de Melo transitava entre as tradições desenhadas a partir da Comissão de Folclore e as tramas de uma modernização planejada, sem contudo agarrar-se numa tradição a ponto de condenar os projetos de modernização contidos nos planos governamentais²⁵, nem tampouco desprezar valores tidos como passadiços, tradicionais. Porém, ao anunciar os riscos culturais advindos de uma massificação cultural, justificava a “função” estratégica de uma intelectualidade ligada ao Estado, a qual

²⁴ MELO, Oswaldo Ferreira de. **Reflexões para uma política cultural**. Op. Cit. p. 42.

²⁵ O primeiro Plano de Metas do Governo do Estado de Santa Catarina (PLAMEG I) foi criado no governo de Celso Ramos (1961-1966), no qual Oswaldo de Melo assumiu diferentes postos/funções: designado como membro da Comissão de Estudos dos Serviços Públicos (publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 08/02/1961); diretor do Departamento Municipal de Educação e Cultura de Florianópolis (01/08/1961); presidente do Conselho Estadual de Educação e Assessor de Educação do PLAMEG (31/10/1962); e, diretor da Faculdade de Educação em 1966.

deveria estar a frente do planejamento de políticas públicas de cultura. Estas deveriam, por sua vez, segundo Osvaldo Ferreira de Melo, apresentar-se num projeto de “descentralização cultural”, que procurava dispor de uma maior “legitimidade e eficácia” frente a um Estado plural, direcionando os recursos disponíveis para promover as diversas culturas regionais e locais.

Porém, ao contrário de representar uma resistência a uma cultura massificada Osvaldo de Melo contribuía para um folclore adaptado as novas exigências do mundo liberal, inserindo-o numa lógica voltada aos ganhos financeiros com o turismo. Para ele, cabia ainda ao Estado “incentivar” a cultura, por meio da produção artesanal e da promoção de diferentes manifestações folclóricas, para que estas não ficassem a mercê de uma “apropriação comercial” indevida. Osvaldo Ferreira de Melo, que se dedicara a pesquisas folclóricas “açorianas”²⁶ buscando particularmente resgatar a musicalidade do folguedos populares (veja-se por exemplo o livro “Canções praieiras”, publicadas em 1982 pela Fundação Franklin Cascaes), via na ação da “indústria cultural” uma forma de “narcotizar” os jovens, que não mais escutavam grandes orquestras ou se desviavam de suas “raízes” culturais locais, ao ouvir “submúsicas” ou ler “subliteraturas” divulgadas pelos veículos de comunicação. Assim, mesmo sendo um adepto da modernização catarinense, procurava alertar sobre a “contaminação cultural” que um mercado consumidor poderia gerar nas manifestações folclóricas locais ou sobre uma cultura clássica. Desta forma seus discursos colocavam-se numa zona ambígua, mas não antagônica, entre a tradição e a modernização.

Os avanços da chamada cultura de massa incomodaram, pois, Osvaldo de Melo que, além de perceber nela um fator de desagregação das “raízes culturais”,

²⁶ Ver: MELO, Osvaldo Ferreira de. **O boi-de-mamão no folclore catarinense**. Florianópolis : Departamento Estadual de Estatística, 1949; MELO, Osvaldo Ferreira de. **O terno de reis no folclore catarinense**. Florianópolis : DEE, 1950 e MELO, Osvaldo Ferreira de. **Notas e pesquisas sobre o boi-de-mamão**. Florianópolis : Comissão Catarinense de Folclore, 1953.

considerava-a sinônimo de alienação e de degradação cultural, estando destinada, tão somente, ao consumo. “Alienante porque o indivíduo se desestrutura psicologicamente com desorganização de seu sistema social, pelo consumismo dirigido quase exclusivamente para o divertimento”.²⁷ Para ele, portanto, apesar das políticas culturais do período apontarem para um uso específico da televisão como um “instrumento de integração cultural” (que, por exemplo, transmitiria aspectos de uma cultura local), este meio de comunicação apresentava-se como um risco à estabilidade de uma cultura erudita e/ou popular, fugindo assim das metas estipuladas por aquelas políticas.²⁸

É importante frisar que a expansão de uma cultura massificada deu-se no cenário do chamado “milagre econômico” que, no governo do General Médici (1969/1973), beneficiou principalmente uma classe média que pôde obter acesso facilitado a créditos para aquisição, por exemplo, de casa própria e automóvel. Nesta atmosfera de efervescência consumista, com o país industrializando-se aceleradamente, havia ainda “para além dos ganhos materiais, (...) um processo não mensurável em réguas ou em números”, que se constituía por investimentos em redes de TV (principalmente da Rede Globo).²⁹ Na opinião de Daniel Aarão Reis, a década de 1970 foi um período

²⁷ MELO, Osvaldo Ferreira de. **Reflexões para uma política cultural**. Op. Cit. p. 33.

²⁸ Para se ter uma idéia da expansão, na segunda metade do século XX, da televisão no Brasil, em 1959 havia oito emissoras saltando para quinze em 1960 e quarenta em 1967 e chegando a cinquenta e duas em 1971, destas, quarenta distribuíam-se nas capitais e doze nas cidades do interior (ver: **Aspectos da política cultural brasileira**, publicado pelo Conselho Federal de Cultura, 1976). Em Santa Catarina, por sua vez, a televisão começou a se instalar no final da década de 1960, com a TV Cultura de Florianópolis, em 1968, e a TV Coligadas de Blumenau, em 1969. Segundo Dulce Márcia Cruz, a TV Cultura transmitia a programação da Rede Tupi (o sinal da TV de Blumenau chegava muito ruim a Florianópolis) e uma variedade de programas, como: “shows de música, programas jornalísticos e de variedades”. A TV Coligadas, por outro lado, votava-se mais a uma programação local que era composta por: “um programa feminino, um infantil, um de entrevistas, um programa cultural que transmitia bandas típicas alemãs e dois telejornais.” Ver: CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio – a RBS em Santa Catarina**. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1996. Capítulo 2.

²⁹ Ver: REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2000.

“alucinado”, “prenhe de fantasias esfuziantes, transmitidas pelas TVs em cores, com tigres e tigresas de toda sorte dançando ao som de frenéticos *dancing’ days*.”³⁰

A “invasão” dos meios de massa colaborou, por sua vez, com os esforços, na ditadura militar, em promover uma integração baseada numa política de incentivo a um nacionalismo exacerbado, para além da imagem de diversidade de culturas das regiões brasileiras. Olhar a cultura era como mirar de longe um grande painel, montado por peças de culturas postas lado a lado de forma harmônica.

A política nacional da cultura se desenvolve amplamente ao longo dos diferentes Estados que compõem a Federação. Neste sentido, procura ser sensível aos apelos locais, articulando-se mesmo com os vários órgãos de cultura em funcionamento nas Unidades Federativas. Ainda uma vez fiel ao próprio caráter cultural do país, a identidade nacional consciente da diversidade regional.³¹

É neste panorama que proponho compreender o destaque a uma diversidade cultural nas políticas públicas de Santa Catarina, que pode ser vislumbrado no Boletim Catarinense de Folclore. Neles, há como um mapa cultural de um Estado fragmentado que deveria ser re-desenhado por uma política integradora. Via folclore, fora possível perceber e delimitar as diferentes faces de uma população ímpar, e, num outro sentido, via comissão alguns intelectuais estreitaram laços de afinidades por meio de um projeto comum que buscava instituir uma cultura para a região.

Apesar de terem cessado os incentivos governamentais à Comissão de Folclore de Santa Catarina na década de 1960, não se deixou de pensar e promover discursos acerca das culturas “tradicionais” e nem de se dissertar sobre uma identidade para o

³⁰ Idem. p. 61.

³¹ Aspectos da política cultural brasileira. Op. Cit.

Estado. Porém, coube, por meio de políticas de integração e desenvolvimento regional, montar o “mosaico” das dispersas culturas que compunham um quadro cultural desintegrado. A execução desta empreitada (da tarefa de colar as peças identificadas do “mosaico”) partiu de ações de determinados sujeitos localizados que detinham uma competência intelectual e autoridade institucional, como Theobaldo da Costa Jamundá (na década de 1970 foi diretor da Divisão de Letras da Secretaria de Cultura do Estado de Santa Catarina) que pensava o catarinense como “produto formado da complexidade geográfica deste Estado”. Complexidade que mantinha as diferenças de acordo com as características identitárias de um grupo cultural: o açoriano com sua “resistência física e espiritual”, o germânico a “activeza e a engenhosidade”, o ítalo a “catadura e a criatividade”, o austríaco a “sensibilidade artística”, o polonês a “tenacidade e a religiosidade”, o belga e o francês com o “romantismo” e a “imaginação”, o africano com a “tolerância gigantesca”, e o índio com sua “acuidade”.³²

Neste viés o catarinense foi apresentado como o resultado de um caldeamento cultural ambíguo que discursivamente separava, ao invés de fundir, as culturas. A identidade do catarinense foi, assim, anunciada sob o nome de “catarinensismo”: “processo que ebule no caldeirão do complexo da cultura catarinense”, que Jamundá destaca como uma “maneira de cultivar a tradição brasileira” no “complexo de um habitat identificado no território de Santa Catarina”. Theobaldo Jamundá “naturaliza” a identidade do catarinense pelo contraste causado pela diferenciação cultural:

Certo de que pode oferecer o impacto de contraste forte, todavia não será anormal o acontecimento: o deparar dessemelhanças no complexo catarinense – sejam focadas ou não na pessoa humana e na sua paisagem – é tão natural que não consiste em exceção.

³² JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Catarinensismos**. Florianópolis : UDESC – EDEME, 1974. p. 54.

Ainda e todavia é no contraste que a harmonia deve ser compreendida.³³

É neste sentido que o Estado constitui-se como a soma das diversidades culturais de uma miscigenação indecisa entre a sustentação das variedades peculiares a cada micro-região e a homogeneização de uma identidade para cada uma destas micro-regiões. E, neste sentido, vai se instalando a idéia de um mosaico cultural, que procurava aprender as culturas num plano que se queria horizontal; num conjunto de fragmentos colados lado a lado sob a aparência de uma relação de igualdade entre as culturas.

Certos intelectuais ligados ao Estado, que no final da década de 1940, a frente das políticas culturais, afirmaram sua brasilidade ao coroar uma cultura luso-açoriana como sustentação de uma identidade legítima catarinense (como veremos nos próximos capítulos), projetavam agora uma política de valorização das diversas culturas impulsionados, entre outros fatores, por uma promoção turística do Estado. A miscigenação que nas primeiras décadas do século XX fora abominada pelas elites, vem agora ser louvada e vendida.

O deslocamento da formulação identitária que caminha do “açorianismo” para o “catarinensismo” acontece num momento de globalização acelerada, que, segundo Stuart Hall, estreita ainda mais os laços entre nações e coloca em evidencia o caráter híbrido da cultura nacional ou regional³⁴ e também em meio a uma nova conjuntura internacional, onde os imigrantes “estrangeiros” deixam de significar uma ameaça (como foi, por exemplo, durante a campanha de nacionalização no Estado Novo – 1937-1945). O contexto da Guerra Fria colocava diante do mundo ocidental um inimigo

³³ Idem, p. 80.

³⁴ Ver: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2002.

diferenciado: os “comunistas”, que não eram identificados por fatores como nascimento, descendência ou tradição cultural. Criou-se assim um momento propício para que os “estrangeiros”, neste caso, descendentes de imigrantes, passassem a ser incluídos nos discursos identitários. Eles eram então reabilitados enquanto sujeitos produtores e consumidores de cultura.

Por outro lado, no campo teórico, as idéias formuladas, especificamente, por Gilberto Freyre sobre a questão da mestiçagem tinham aberto uma nova trilha de interpretações acerca do “caráter do brasileiro” (Gilberto Freyre foi, para Carlos Guilherme Mota, um cristalizador da idéia de “cultura brasileira”). No “Manifesto Regionalista” de 1926 (reeditado pela quarta vez em 1967) Freyre, por exemplo, vislumbra o Brasil como um somatório das diversas culturas regionais. “O conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil”.³⁵ O Brasil enquanto culturalmente mestiço (diversificado) assumia com Freyre um caráter positivo; ele descartava assim a noção determinista que recaía sobre o conceito raça (colocada do final do século XIX que traziam em seu bojo todas as formulações teóricas adeptas do “evolucionismo”) para pensar o “povo” brasileiro culturalmente híbrido e distinto dos “povos” de outros países. O regionalismo permitia colocar cada região (e não o Estado de forma particular) como uma parte variante do todo de uma nação, marcada, prioritariamente, pela colonização portuguesa. Segundo Ruben Oliven:

Ao frisar a necessidade de uma articulação inter-regional, Freyre toca um ponto importante e atual, ou seja, como propiciar que as diferenças regionais convivam no seio da unidade nacional em um país de dimensões continentais como o Brasil.³⁶

³⁵ FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 4^a ed. Recife : Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (MEC), 1967.

³⁶ OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo – a diversidade cultural no Brasil nação**. Petrópolis : Vozes, 1992.

O Brasil pode então ser pensado enquanto uma união de culturas regionais diversificadas. Porém, Santa Catarina, reconhecidamente diversa em termos culturais, carecia de um elemento que pudesse caracterizar sua região, como foi a figura do “gaúcho” para o Rio Grande do Sul. Nestes termos, não houve um regionalismo catarinense. Contudo, se a identidade local não pode ser representada através de uma única matriz cultural, a mestiçagem aparecia como uma solução que viabilizava Santa Catarina enquanto parte do Brasil.

A miscigenação operada e em operação na população catarinense, tem similitude com a brasileira. Com afirmação por imagem pode-se dizer que examina-la é examinar um pedaço da colcha de retalhos. Num apelo à uma explicação científica, é conveniente tomar o sociólogo Gilberto Freyre, na projeção do raciocínio em desenvolvimento aqui, naturalmente, limitado na proporção da dimensão catarinense.³⁷

Santa Catarina era afirmada como um mosaico de culturas, onde a diversidade, neste caso, foi pensada como uma característica cultural própria do Estado.

No discurso de Theobaldo Jamundá a miscigenação acentua as diversidades de um “povo” catarinense – miscigenado no sentido de múltiplo. Neste discurso as diferenças são tratadas como diversidade, ou seja, não são expostas as reais relações de forças desiguais que compõem as disputas sociais. Cada sub ou micro-região de Santa Catarina deveria contribuir à sua maneira para um objetivo comum: o engrandecimento da região, e assim cabia perfeitamente a exploração dos “potenciais” que uma “cultura popular” podia dar ao desenvolvimento econômico da região, servindo, também, como um rico manancial ao turismo.

³⁷ JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Catarinensismos*. Op. Cit. p. 72.

Os turistas, por exemplo, poderiam se entreter, em um mesmo Estado, com as diversas peculiaridades culturais, desde o litoral com os “açorianos”, o Vale do Itajaí “germânico”, o planalto “gaúcho” etc. As culturas tradicionais vistas sob esta ótica apareciam como equivalentes, deixando-se de dar destaque para uma cultura representativa específica, seja de origem germânica ou açoriana, para apresentar as diversidades “étnicas” ou culturais como característica intrínseca de um Estado catarinense plural. Neste novo quadro cada tradição passava a ter um lugar demarcado de acordo com as peculiaridades inerentes a cada cultura.

Neste sentido, a “cultura popular” passou a ser encarada como *souvenir*, uma mercadoria que encerrava uma certa memória discursiva legitimada pela história oficial. Comprando uma renda de bilro, por exemplo, o turista podia levar um “pedacinho” da tradição do litoral de Santa Catarina e cobrir, com um artefato da cultura “açoriana”, a mesa de jantar. Este *souvenir* era uma peça especial de decoração que guardava um duplo valor: ao mesmo tempo em que ele tem sua própria identidade garantida pela produção artesanal – fugindo assim da lógica industrial de produção mercadológica em série, que vendia cópias reproduzidas de mercadorias “artísticas”, o produto folclorizado podia encerrar os valores de uma tradição consagrada muitas vezes pela história, pois guardava em si valores originais de “culturas antigas”. Por isso, a peça artesanal da cultura popular era um artefato único, diferente, e rico histórica e simbolicamente para os consumidores.

O Primeiro Encontro Catarinense de Folclore também marca um momento de “renascimento” do folclore. Realizado no dia 23 de agosto de 1975, um dia após o Dia do Folclore: 22 de agosto³⁸, ele reuniu vários grupos folclóricos do Estado que desfilaram numa parada em homenagem ao mosaico cultural catarinense, na Rua do

³⁸ O Dia do Folclore foi instituído no governo de Ivo Silveira (1961-1966).

Príncipe, em Joinville (local do evento), rumo ao Palácio dos Esportes. De Florianópolis participaram as “Sociedades Folclóricas”: Boi de Mamão do Butiá; Cacumbi “Capitão” Francisco Amaro; e Grupo Folclórico Ribeirão da Ilha. De São Francisco do Sul esteve presente o grupo de Dança Vilão de Blumenau o Folclórico Alpino Germânico; e de Joinville desfilaram os grupos “Os Tangarás” e o grupo germânico “Silberfliss”.

O folclore enquanto representação da alma do catarinense passava a fazer parte do circuito do mercado cultural, onde o Estado passou a ser percebido como uma feira de exposições folclóricas (ou uma parada), onde a cada mês o visitante-consumidor tinha a oportunidade de conhecer um dos estandes representativos das múltiplas culturas catarinenses. Um Estado em festa era apresentado. Festejos variados que tinham dia e hora para começar, como consta no “calendário cultural” elaborado pelo Conselheiro de Cultura do Estado, membro da Academia Catarinense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Comissão de Folclore de Santa Catarina: Theobaldo Costa Jamundá. O calendário visava “principalmente somar esforços com recursos e também possibilitar a identificação, em nível estadual, das manifestações culturais autênticas e marcadas pela qualificação **catarinense**”.³⁹

De forma semelhante Oswaldo Rodrigues Cabral traça o perfil cultural catarinense baseado na união da diversidade:

Toda gente sabe que os Estados sulinos apresentam uma estrutura social compondo um complexo mosaico de culturas, decorrente das diversas etnias que entram na sua formação como povo, fugindo, até certo ponto, àquele decantado, celebrado e pouco preciso, senão falso, esquema de ser o Brasil apenas um **melting-pot** em cuja composição figurariam o português, o aborígine e o negro, três raças tristes a cantar saudades, tendo os olhos plantados na nuca, voltados para o passado e não à testa,

³⁹ **Boletim da Comissão Catarinense de Folclore**. n.29, ano XV, dez. 1975.

buscando descobrir os melhores caminhos para construir seu futuro.⁴⁰

Esta citação mostra o deslocamento que se operou na década de 1970, se antes, em 1950, Cabral privilegiara uma herança luso-açoriana para representar a identidade brasileira em Santa Catarina, em 1970, a base identitária calcada nas “três raças” não satisfazia mais a este intelectual, que imaginava uma identidade que levasse em consideração “uma estrutura social” composta por “um complexo mosaico de culturas”. Os olhos na “testa” e não na “nuca” deveriam mirar uma saída que re-imaginasse um estado unido culturalmente, mesmo sob o quadro fragmentado de um mosaico. Se de perto era possível identificar os espaços separando os “cacos”, de longe se tinha a impressão de um único e harmônico retrato da cultura local.

A dificuldade em destacar uma cultura como representante do Estado, que colocasse em relevo seu povo e o lugar onde estava inserido, foi contornada pelo discurso da diversidade cultural, um discurso conservador elitista que colaborou com a inserção da cultura no mercado e apostava na harmonia e no somatório das diferenças. As desigualdades de classe, de gênero, de etnia, etc, eram assim negligenciadas para dar destaque a um discurso unificador da cultura que a enxergava como uma colcha de retalhos, cujos fragmentos de ‘tecido’ eram unidos pela costura política dos discursos autorizados, produzidos, sobretudo, nas instituições governamentais. Com isso, intelectuais ligados às principais instituições públicas de Santa Catarina (Instituto Histórico e Geográfico, Academia Catarinense de Letras, Universidade Federal e Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, e Comissão

⁴⁰ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Composição do Complexo social de Santa Catarina**. In: Povo e Tradição em Santa Catarina. Florianópolis : EDEME, 1971.

Catarinense de Folclore) contribuíram para esta visão unificada do universo múltiplo catarinense.

Segundo Celestino Sachet: “se nos debruçarmos sôbre o mapa de nosso Estado, haveremos de ver que a configuração geográfica de Santa Catarina é bastante diversificada, nos seus contornos, se comparada com a maioria dos estados brasileiros”.⁴¹

O problema da desintegração que as políticas culturais colocavam para o Estado de Santa Catarina nas décadas passadas, mais especificamente na de sessenta e setenta, era assim contornado pelas políticas da diversidade que festejavam a diferença entre as sub-regiões catarinenses. A união era afirmada na diversidade. Não era um problema ser diverso, e a lógica de mercado mostrava que isto podia ser também uma vantagem lucrativa.

O folclore procurava desenhar uma identidade local que tinha seu valor como mercadoria. Neste sentido, o re-nascimento da velha tradição do Boi-de-Mamão⁴² (que retornava a vida com uma nova roupagem para ornar um Estado que se preparava para receber os turistas) preservava como peças de “museus vivos” uma cultura utilizada como elemento de divulgação peculiar do Estado.

Mosaico e integração cultural

⁴¹ SILVA, Jaldyr Faustino da, et al. **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Op. Cit.

⁴² Em fevereiro de 1975, no jornal O Estado, foi publicada extensa matéria enunciada pela seguinte manchete: “Boi-de-mamão: uma velha tradição que renasce”. Segundo o texto do periódico: “as danças do Boi de Mamão, de todas as pantomimas conhecidas no ciclo de Natal e Reis, são as mais populares e freqüentes. Mas esta manifestação folclórica, de origem açoriana, encontra-se, há muitos anos, praticamente esquecida”. Ver: O Estado. Florianópolis, 02/02/1975.

Na década de 1960 e 1970 Florianópolis, enquanto capital administrativa, vai ser pensada como centro aglutinador dos interesses voltados à integração política, econômica e cultural de Santa Catarina, despontando como o local de destaque ao abrigar as principais universidades do Estado e seus respectivos intelectuais, que desfrutavam de trânsito livre entre as esferas governamentais e as cátedras universitárias. Em meio a uma significativa modificação no panorama sócio-cultural da capital, que passara a contar com dois centros universitários, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), os discursos acerca de um Estado unificado começaram a ganhar status acadêmico. A primeira foi criada em 1960, instalada em 1962 e foi no final daquela década transferindo seus cursos paulatinamente para o Campus da Trindade; já a segunda veio a constituir-se enquanto tal em fevereiro de 1965.

Aos grupos de elite cabia consolidar a posição de Florianópolis como um legítimo e incontestável centro político e cultural do Estado, e para isso o Plano de Metas (PLAMEG)⁴³ do governo Celso Ramos (1961-1966) previa entre outros objetivos estabelecer centros acadêmicos de excelência na capital. Neste sentido a instalação das universidades, junto com toda a movimentação em torno de políticas de promoção turística, representava uma estratégia importante para a consolidação do projeto que pretendia colocar, definitivamente, Florianópolis numa posição destacada frente a outras cidades catarinenses.

A defesa da polis engendra uma competição e uma emulação entre os diversos pólos existentes em uma dada região e, em

⁴³ O primeiro plano quinquenal foi elaborado no governo de Jorge Lacerda (1956-1960) e chamava-se Plano de Obras e Equipamentos (POE), segundo Sérgio Schimitz o POE representou “a primeira tentativa, no Estado, de vinculação de investimentos em obras pré-definidas”, porém foi a partir do primeiro Plano de Metas (PLAMEG I) que a política desenvolvimentista começou a alcançar maiores proporções, estabelecendo uma relação mais íntima entre governo estadual e federal. Ver: SCHIMITZ, Sérgio. Op. Cit.

muitos casos, caminha-se para um conflito sociológico, onde há uma clara, porém, muitas vezes inconsciente vontade de eliminação ou absorção de zonas que vivem sobre a influência de pólos antagônicos. Neste momento, se não houver um poder político maior para disciplinar o processo, ou se este poder se mantiver conivente (o que pode vir ocorrendo no Brasil), nenhum critério de polarização pode manter-se válido no tempo e ser base segura para o planejamento.⁴⁴

Para Nereu do Vale Pereira a Universidade Federal significou mais do que a consolidação de Florianópolis como “capital cultural” do Estado, foi o ponto de partida para a urbanização da cidade, fator de propulsão de um efetivo crescimento populacional. Utilizando muitos dados demográficos e fotografias, a tese de Pereira defendia que a universidade representaria a faísca de arranque rumo à nova dinâmica urbana, pois ela abria um novo campo de trabalho, o de professor universitário (e de todo um conjunto de profissões relacionadas ao serviço público federal), elevando e concentrando, assim, a renda de uma classe média intelectualizada que investia, por sua vez, seus relativos altos salários na compra de imóveis, fazendo circular o dinheiro e alimentando assim a construção civil. Segundo Nereu Pereira: o “processo de injeção de recursos da UFSC, ficou-se diante de um panorama de inter-dependência clara; empregos na UFSC/ orçamento da municipalidade/ índice de construção civil”.⁴⁵

Sobre as novas possibilidades de crescimento, diz Nereu Pereira: “além do poder público estadual ter se dedicado a investimentos importantes em Florianópolis, a criação da Universidade Federal, solidificando a capital cultural do Estado, veio a abrir novas perspectivas para a antiga Desterro”. Perspectivas de crescimento urbano e, conseqüentemente, populacional, podendo a capital, segundo diagnósticos otimistas de Pereira, realizar, enfim, seu “surto industrial” por abrigar, na década de 1970, mais de

⁴⁴ In: PEREIRA, Nereu do Vale. **Ensaio sobre sociologia e desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis : Editora Empreendimentos Educacionais Ltda (EDEME), 1971.

⁴⁵ PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização**. Florianópolis : Lunardelli, 19---. p. 102.

150 mil habitantes, pois “com a ampliação da Universidade Federal e a criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, as populações interioranas passam a ser atraídas com maior intensidade”.⁴⁶

Contudo sua visão otimista acerca da urbanização deixa de analisar os aspectos negativos acarretados pelas mudanças que projetavam um amanhã promissor. Muitos migrantes não tiveram a sorte de se inserir neste projeto modernizante e foram de fato marginalizados. Vindos do interior do Estado, eram atraídos à capital do futuro não só pelos centros de excelência, mas também pelas políticas de desenvolvimento turístico. Estes migrantes pobres representaram um aumento da população das zonas não privilegiadas pela urbanização dos anos 1960, espremidos nas encostas dos morros – contribuindo para a favelização da cidade – e nos bairros da periferia como o da Costeira, concentrando-se, segundo estudos do Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECCA) em três principais áreas territoriais: “os morros, com altura média de 150 m, que circundam o núcleo urbano da ilha; as antigas áreas rurais periféricas ao centro, geralmente planas, e as marginais das vias de acesso à cidade na área continental do município”.⁴⁷ Cabe salientar ainda (segundo o CECCA) que a ocupação desordenada não foi um privilégio de pessoas “pobres”: muitas praias, como Jurerê, foram sendo ocupadas de forma descontrolada pela classe mais abastada que chegava à ilha.

O discurso sedutor do desenvolvimento positivo queria uma Florianópolis “avançada” e não via no surto migratório os aspectos sociais excludentes. Pelo contrário, “este surto migratório poderá fazer repetir para Florianópolis um fenômeno idêntico ao verificado em Curitiba, senão em escala ainda maior pela circunstância

⁴⁶ Idem. p. 124.

⁴⁷ Ver: **Centro de Estudos Cultura e Cidadania**. Op. Cit. p. 175.

favorável de ser Florianópolis um porto marítimo, e dotada de atrativos turísticos invejáveis”.⁴⁸

Contudo, a preocupação com a integração do Estado a partir da centralização política e econômica de Florianópolis já despontava nos primeiros anos do século XX com as administrações de Felipe Schmidt e Hercílio Luz, como apontam os estudos coordenados por Américo da Costa Souto: “a consciência da fragmentação geoeconômica do Estado e o isolamento da capital aparece de forma mais explícita” na administração dos governadores citados, onde “o primeiro, em 1899, alude à dificuldade do escoamento da produção. O segundo mostraria a mesma preocupação (...), como atesta a ligação ilha ao continente” com a construção da ponte pênsil batizada com o nome do último governador, Hercílio Luz.

Porém, no trabalho: “Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudos das alterações estruturais (século XVII – 1960)”⁴⁹, Souto e sua equipe vislumbram Santa Catarina na segunda metade do século XX como um Estado desintegrado, com seus vértices voltados para as cidades externas às fronteiras regionais. “O caráter periférico da economia catarinense condicionou a fragmentação geoeconômica de Santa Catarina, onde suas regiões foram “satelizadas” em torno das metrópoles contíguas. Curitiba e Porto Alegre, e principalmente pelo eixo Rio - São Paulo.” Neste sentido Souto vislumbrava Santa Catarina como um “arquipélago econômico”⁵⁰, com as rotas de navegação de suas “ilhas” apontadas no sentido oposto a um centro. Seis conjuntos de “ilhas” que compunham este arquipélago foram economicamente classificadas da seguinte forma: 1. o Vale do Itajaí (têxteis e alimentícios); 2. Joinville e o nordeste de Santa Catarina (mate); 3. o sul (carvão); 4. o Vale do Rio do Peixe (mate e

⁴⁸ PEREIRA, Nereu do Vale. Op. Cit. p.124.

⁴⁹ Ver: **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII – 1960)**. Florianópolis : CEAG/SC, 1980.

⁵⁰ Idem.

madeira); 5. o planalto de Lages (zona de passagem e de criação de gado); 6. zona do litoral de Florianópolis (baixa produtividade agrícola, principal produto: farinha de mandioca).

Esta delimitação de um quadro econômico fragmentado do território catarinense ia de encontro aos textos do livro “Fundamentos da Cultura Catarinense”, redigidos em função do curso de interiorização cultural. Os artigos foram escritos a partir das palestras proferidas por Jaldyr Bhering Faustino da Silva, Walter Fernando Piazza, Paulo Fernando Lago, Celestino Sachet e Victor Antonio Peloso Junior. Estes professores universitários percorreram, no segundo semestre de 1969, seis cidades catarinenses incluindo Florianópolis e em 1970 mais doze outras cidades, a fim de ministrar aulas para cerca de nove mil alunos⁵¹ com o intuito de “levar” uma cultura produzida a partir das instituições da capital às cidades do interior do Estado. Os cursos foram financiados pelo Departamento de Cultura da Secretaria Estadual de Educação e Cultura e pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), e se apoiavam na idéia de superar a desintegração cultural do Estado.

Neste sentido, a fragmentação econômica parecia ser corroborada pela divisão cultural entre as sub-regiões catarinenses. “Então”, indagava Celestino Sachet ao tentar conceituar o “homem catarinense”: “de onde querer alma catarinense? De onde querer extrair um *homem catarinense*? Se Santa Catarina, até hoje não passa de “ilhas” perdidas no espaço! De “ilhas” perdidas no tempo! De “ilhas” perdidas na etnia!”⁵² Contudo, o tom crítico em relação a um passado cultural desintegrado, ao tentar

⁵¹ Foram contempladas as seguintes cidades: Florianópolis, Blumenau, Joinville, Laguna, Tubarão, Criciúma, Itajaí, Brusque, Lajes, São Joaquim, Orleães, Joaçaba, Concórdia, São Bento do Sul, Xanxerôbe, Chapecó e São Miguel do Oeste. Ver: **Revista Catarinense dos Municípios**. Joinville, ano 2, n. 16, 1971.

⁵² SACHET, Celestino. Fundamentos da literatura catarinense. In: **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Florianópolis : edição do Dep. de Cultura da SEC, e da UDESC, 1970.

conceituar “um homem catarinense”, encontrava alento nas políticas públicas de caráter integrador em que ele estava envolvido.

A imprensa da Universidade Federal apresentou-se, então, como um porto seguro para a realização cultural de um Estado que se queria uno, literariamente falando. Daí, segundo Sachet: “apontaríamos o surgimento de uma alma catarinense, somada à possibilidade de nosso escritor realizar-se em termos profissionais”. Dessa forma a integração simbólico-cultural estava intimamente associada às políticas de desenvolvimento econômico. A esperança era vislumbrada em ações do presente, como a “BR-101 fazendo a ligação norte-sul; a Br 282 fazendo conexão leste oeste; a Embratel cobrindo todo o Estado através das ondas da TV-Coligadas de Blumenau e da TV-Cultura de Florianópolis”, iniciando assim “o processo de cimentação entre as diversas “ilhas”.”⁵³

A editora da UDESC também vinha a colaborar com publicações de obras que apostavam nas pesquisas sobre a temática catarinense, tendo como primeiras publicações: “O Negro em Santa Catarina” de Walter Piazza e “O Homem e o Ambiente Catarinense” de Paulo F. Lago e “Abertura Operacional da Universidade” de Ricardi Luiz Hoffman⁵⁴. A par com as políticas que procuravam alavancar uma cultura do Estado, a Secretaria de Educação e Cultura procurou organizar uma “Biblioteca de Autores Catarinenses”, em fase de conclusão já em 1970, com o levantamento de “todos os Escritores Catarinenses (atuais e do passado) e suas respectivas obras”. A Secretaria ainda investira na aquisição de 2.147 exemplares de escritores da região, “iniciando

⁵³ Idem.

⁵⁴ **Diário Oficial de Santa Catarina**, 13/02/1975.

levantamento de todas as Instituições Culturais do Estado, através de circular enviada a todos os prefeitos municipais”.⁵⁵

A estratégia de hegemonia para a cidade de Florianópolis sobre as demais passava por investimentos públicos na área editorial, com uma acentuada produção sobre questões relacionadas à temática catarinense. A produção cultural (vista como um conjunto de práticas e discursos) atingira um patamar elevado na década de 1960 e 1970 com o indispensável auxílio dos centros acadêmicos. O processo de urbanização daquele período passava, necessariamente, pelo crescimento dos meios de comunicação e empreendimentos como as editoras. Neste sentido, a política cultural erguia para a cidade de Florianópolis as fundações que legitimavam sua posição central enquanto capital e fornecia aos intelectuais um ambiente propício à fertilização de seus ideais, consolidando ainda mais seus lugares dentro da sociedade catarinense.

Sob o título: “Florianópolis – pólo de desenvolvimento de Santa Catarina”, Luiz Felipe da Gama D’Éça pronunciou um acalorado discurso que chamava à ação a turma de formandos em engenharia da UFSC. Nas palavras de Gama D’Éça: “– Posso afirmar que nesse momento solene, que, em decorrência de fatores adversos inter-relacionados e interdependentes, estão a nossa cidade e a sua área metropolitana na ante-véspera do colapso de todos os seus serviços e equipamentos urbanos essenciais”, o paraninfo alertava, principalmente, para o “perigo” que poderia, caso não fosse contornado, corroer a “autonomia do Estado de Santa Catarina”. Os principais fatores que poderiam provocar a oxidação das ligas de um Estado “autônomo” foram resumidas por Gama D’Éça nos seguintes pontos:

⁵⁵ Ver: **Educação em Destaque**. Ano 1, n.1. Florianópolis, março de 1970. Boletim oficial da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina e Plano Nacional de Educação. Editado pelo Serviço de Relações Públicas da Secretaria de Educação e Cultura (editor chefe: Carlos Bittencourt). Impresso nas oficinas da gráfica Souza Leão.

A estrutura (descentralizada) do poder do estado;
A desintegração física, econômico-social, política e espiritual;
O desequilíbrio do desenvolvimento da rede urbana estadual e sua desvinculação do processo de desenvolvimento nacional;
A ausência de um processo de planejamento permanente e contínuo no espaço catarinense;
A falta de objetivos estaduais bem definidos em torno dos quais fosse possível a mobilização da capacidade total de realização do povo catarinense.⁵⁶

Este professor universitário, ex-integrante da Comissão de Folclore, com uma nítida convicção missionária desenvolvimentista e integradora, delegava aos seus herdeiros a tarefa, que muitas vezes cabia aos engenheiros, de não deixar ruir as estruturas – e as infra-estruturas econômicas e culturais – que projetariam o Estado entre as regiões desenvolvidas do Brasil. É bom lembrar que se viveu naquelas décadas (1960 e 1970) um verdadeiro tempo dos técnico-administrativos (engenheiros, urbanistas e arquitetos) que em parceria deveriam agir para por em prática os planos de uma cidade modernizada. Eram eles que naquele momento apareciam como porta-vozes dos projetos modernizadores da cidade, e, por sua vez, agiam sobre as políticas de integração do Estado.

Na vereda educacional não foi diferente: “o novo Plano Estadual de Educação, concebido por técnicos catarinenses, mereceu de autoridades nacionais na matéria elogiosas referências pelo que contém como solução para situações emergentes do progresso”.⁵⁷ Uma formação técnica era muitas vezes o caminho iluminado ao futuro do “nordeste da região sul”.⁵⁸ A “região problema”, ainda muito próxima do “sub-desenvolvimento”, para Gama D’Éça precisava urgentemente dos recursos federais para

⁵⁶ D’ÉÇA, Luiz Felipe da Gama D’Éça. Discurso de paraninfo pronunciado na solenidade de colação de grau da turma de engenheiros civis da Universidade Federal de Santa Catarina. 4 de dezembro de 1971. (mimeografado).

⁵⁷ Discurso de Ivo Silveira publicado no Diário Oficial de Santa Catarina em 11/03/1971.

⁵⁸ D’ÉÇA, Luiz Felipe da Gama D’Éça. Op. Cit.

seu crescimento econômico e cultural efetivo, por isso ele lutava por uma igualdade de condições, frente ao governo federal, entre gaúchos, paranaenses, paulistas e catarinenses.

É assim que o Estado aparecia segundo Reinaldo Lohn:

Como um injustiçado em relação a seus vizinhos e governantes e intelectuais, por diferentes caminhos, concluíam que Curitiba e Porto Alegre seriam as “nossas capitais econômicas”, por que o “hinterland”, composto por várias “ilhas de cultura”, não estaria integrado na vida política e cultural da capital do Estado. Seria preciso que as diversas regiões (do estado catarinense) fossem atingidas pelos “interesses políticos, econômicos e culturais que, partindo do centro”, irradiariam-se “pela periferia, como a corrente sanguínea que se insinua em todas as partes do corpo levando para cada célula o alimento de que necessita.”⁵⁹

A estratégia pensada por D’Éça para acelerar o processo integrador estaria em três “linhas de ação”: a primeira “se resumiria no desenvolvimento urbano da capital como centro de serviços”; a segunda na “concentração de todos os recursos disponíveis para a transformação da capital em grande centro urbano, pólo de desenvolvimento do Estado, catalizador de sua integração e irradiador da cultura catarinense no cenário da Federação” e a última na aplicação de recursos em “outros centros de dinamismo comprovado”. O ponto crucial estaria, então, na concentração orçamentária na cidade de Florianópolis, que passaria a contar com um desenvolvimento planejado.

Contudo, tanto fatores externos quanto internos contribuíam para uma imagem de um Estado fragmentado. Se por um lado a entrada de uma cultura de massa

⁵⁹ O autor tece sua análise a partir do discurso do governador Jorge Lacerda. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 15 de abril de 1956. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana – Florianópolis, 1950 a 1970**. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 59

descaracterizaria uma cultura local, por outro, Santa Catarina contava com micro-regiões econômicas voltadas às outras cidades (Curitiba e Porto Alegre, e principalmente Rio e São Paulo) e não para um centro/pólo aglutinador do Estado.

Portanto, para reverter este quadro, foram postas em práticas políticas que visavam contornar o antagonismo entre culturas distintas, políticas que mostravam que a diversidade poderia conviver de modo harmônico, onde cada cultura deveria contribuir e se incluir nas representações identitárias de uma cultura catarinense. O “catarinensismo” foi assim pensado em função da fragmentação cultural e econômica de Santa Catarina, e a construção de uma identidade cultural coletiva, baseada na variedade de culturas, foi uma resposta a situação de significativa mudança social que certos intelectuais encontraram para se colocarem, discursivamente, dentro do processo de transformação, seja na cultura, na política ou na economia.

CAPÍTULO 2: IMAGENS “AÇORIANAS”

A contribuição quantitativa do açoriano no panorama da colonização de Santa Catarina, passados dois séculos, pode, hoje, ser medida e avaliada através, não só dos recenseamentos que se queira fazer nos livros dos registros paroquiais e de entidades e organizações outras, especialmente confrarias religiosas, mas, principalmente, no quadro amplo e de grandes horizontes da cultura popular.⁶⁰

Walter Piazza

Vimos no primeiro capítulo a emergência do folclore em um determinado contexto sócio-cultural onde a “abertura política” acompanhada de uma “abertura cultural”⁶¹ propiciaram condições para uma reformulação de seus usos. Neste capítulo busca-se perceber o contexto de institucionalização de uma cultura e uma identidade para Santa Catarina, contemporânea ao Primeiro Congresso de História Catarinense realizado em 1948.

O “catarinensismo” enquanto uma construção identitária do final da década de 1960 difere-se de uma outra formulação acerca da identidade e da cultura de Santa Catarina dos anos 1940. Esta, por sua vez, estava baseada nas origens da colonização “açoriana”, enunciada após a Segunda Guerra Mundial quando ainda pesava sob os ombros do Estado a imagem de um local marcado por descendentes de “alemães” e

⁶⁰ In: PIAZZA, Walter F. **A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina**. (Separata do volume 16º do “Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira”). Tipografia Andrade, 1958. Walter Piazza pronunciou este discurso (19/08/1958) por ocasião das comemorações do 6º aniversário da Casa dos Açores, no Rio de Janeiro onde estavam presentes associados e o embaixador português Manoel Rocheta.

⁶¹ A abertura tanto “política” quanto “cultural” diz respeito ao novo direcionamento das políticas públicas para uma nova fase das relações de mercado (globalização) pós Estado Novo, que buscavam pensar o caráter brasileiro por meio de uma identidade baseada na diversidade cultural.

“italianos”. O “açorianismo”, neste caso, buscava legitimar o Estado como parte da nação, dissociando-se dos traços negativos que por ventura viessem suscitar uma maior presença “estrangeira” dentro das fronteiras catarinenses.

Assim, o folclore funcionou como uma estratégia de legitimação de uma cultura original luso-portuguesa no sul do Brasil, tendo sido apresentada como a cultura colonizadora mais antiga dentre as demais (dos imigrantes não portugueses).

Formação do “açorianismo”

Após o centralismo político do Estado Novo abriram-se possibilidades de se pensar as culturas das regiões ou dos estados enquanto partes constituintes do Brasil. No final da década de 1940 foi organizado o Congresso Catarinense de História, que procurava enaltecer e ressaltar uma identidade “açoriana” em Santa Catarina, e como aponta Ruben Oliven, no Rio Grande do Sul, por sua vez, foi criado o primeiro Centro de Tradições Gaúchas do Estado, o “35 CTG”, que buscava ressaltar a particularidade de uma identidade “riograndense”, via “gauchismo”.⁶²

O Congresso Catarinense foi organizado pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina na semana de 5 a 12 de outubro daquele ano e apresentou como tema central o “Bicentenário de Colonização Açoriana”. Falta-nos ainda um estudo mais aprofundado acerca tanto do Congresso de História de Santa Catarina quanto do Instituto Histórico, porém é sabido que este evento representou um importante marco no processo de consolidação da temática “açoriana” em Santa Catarina.

⁶² Ver: OLIVEN, Ruben George. Op. Cit.

No trabalho de Maria Bernardete Ramos sobre a farra do boi⁶³, o Congresso de História Catarinense aparece como o marco inicial do processo de construção de uma identidade açoriana. Porém, podemos perceber, pela data de publicação do livro de Oswaldo Cabral: “A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina”,⁶⁴ que a questão do “açorianismo” já tinha sido posta antes de 1948, uma vez que este artigo foi publicado em 1941. Por isso, acredito que esta temática precisa ser ainda analisada de maneira mais exaustiva, que venha a contemplar, de modo particular, suas relações com as políticas culturais implantadas durante o Estado Novo. Luiz Felipe Falcão nos sugere, em seu livro “Entre o ontem e o amanhã – diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX”, que a política de enaltecimento do elemento “açoriano” foi uma espécie de resposta ao “alemanismo” no Sul do Brasil, onde Cabral (no livro citado acima) buscou reduzir “a importância dos descendentes de outras origens na vida política e sociocultural do Estado”.⁶⁵ Segundo Falcão, foi “na vereda aberta pelo luso-brasileirismo de Gilberto Freyre”, que “Cabral buscou realçar a continuidade que a colonização empreendida por açorianos no litoral catarinense”.⁶⁶

O autor (Oswaldo Cabral) procurava conferir uma identidade distintiva para as parcelas da população catarinense que descendiam de portugueses, utilizando o mesmo quadro de referências em que eram afirmadas as tradições germânicas e italianas (língua, religião, costumes, sentimento pátrio), tendo porém o cuidado de fazer uma decisiva ressalva ao afirmar que as “qualidades intrínsecas” de uma tal identidade granjeavam-lhe preeminência diante das demais.⁶⁷

⁶³ Ver: Capítulo 3: A autoridade do passado. IN: FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi – palavras, sentidos, ficções**. 2ª ed. Florianópolis : Editora da UFSC, 1998.

⁶⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina. IN: **Cultura Política**. Rio de Janeiro, 7, separata, set. 1941.

⁶⁵ FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre o Ontem e o Amanhã – diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí : Editora da UNIVALI, 2000. p.180/181.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem. p.181.

Por outro lado, Élio Serpa tece uma análise acerca dos discursos identitários produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina,⁶⁸ centrando suas atenções na “terceira fase” (1979-1996) dos trabalhos daquela instituição, onde começavam a despontar, especificamente no governo de Esperidião Amim (1982-1986), os discursos de valorização do “homem do Contestado”. Por isso, Serpa aborda rapidamente a segunda fase (1943 a 1944) – a primeira foi de 1902 a 1920 – sem levar em consideração a relação entre intelectuais (historiadores) e os discursos acerca da identidade cultural via “cultura popular”.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que vinha de uma produção historiográfica *tradicional*⁶⁹ dedicada aos fatos políticos e aos feitos dos *grandes homens*, passou a considerar as práticas populares como um tema de estudos para se pensar a questão da cultura local. Não que aquela instituição estivesse voltada exclusivamente para esta problemática, mas muitos de seus membros, que faziam parte da Comissão, estavam sim envolvidos com a temática do folclore no período. Para Luís Rodolfo Vilhena, os “intelectuais de província” (aqueles radicados nas cidades que não as dos grandes conglomerados urbanos dos anos 1940), em específico os historiadores dos Institutos Históricos, que até então tinham como objetivo, no nível regional, compor as “histórias das elites”, ganham um novo papel em sua contribuição ao estudo da formação nacional, agora a ser reconstituída a partir do “povo”. Assim, ainda segundo Vilhena: “o grande projeto” do movimento folclórico convocaria estes intelectuais

⁶⁸ Ver: SERPA, Élio Cantalício. A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v.4, n.20, pp. 63-79, 1996.

⁶⁹ Norberto Dallabrida aponta para três principais historiadores catarinenses tradicionais: Lucas Alexandre Boiteux, Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Piazza, onde os textos historiográficos apresentam um ordenamento cronológico, como se a história fosse o resultado de uma sucessão evolutiva no tempo; um “sentimento” nitidamente regionalista e de caráter factual, onde os fatos, datas marcos, ganham relevância numa escalada linear e progressiva no tempo. Ver: DALLABRIDA, Norberto. A historiografia catarinense e a obra de Américo da Costa Souto. In: **Revista Catarinense de História**, n. 4, 1996.

“provincianos” a “abandonarem a história das elites que vinham praticando” para que se dedicassem, via folclore, “à descrição da cultura de sua região”.⁷⁰

Henrique da Silva Fontes, presidente do Instituto Histórico, apresentava-se como um dos intelectuais centrais na organização do evento (o primeiro Congresso de História de Santa Catarina), que contou com a presença de estudiosos brasileiros e estrangeiros, destacando-se Manuel Paiva Boléo, filólogo português que mantinha estreitas relações com Fontes, como indica a seguinte correspondência:

Meu prezado Amigo e ilustre Mestre Professor Paiva Boléo,

“Quão doce é o louvor, e a justa glória
Dos próprios feitos, quando são soados!”

.....
“Quem valorosas obras exercita,
Louvor alheio muito o experta e incita”.

Ocorreram-se estes lapidares conceitos do sonoro lusíada, ao ver impresso e ao reler O CONGRESSO DE FLORIANÓPOLIS.

Bem haja, Sr. Professor, pelo estímulo que nos trouxe pela propaganda que faz de um certame cultural luso-brasileiro não despreciando!

O seu trabalho terá, conforme já lhe disse, lugar de relevo em nossos Anais, no primeiro volume, que terá a parte noticiosa, estando já com 96 páginas impressas. (...).⁷¹

Os laços de Santa Catarina com Portugal foram assim sendo reforçados no Congresso, que contou com as relações pessoais estreitas entre um seletivo grupo de intelectuais para se realizar. Outra personalidade de destaque a frente do evento foi Oswaldo Rodrigues Cabral, médico, político, historiador e folclorista, que esteve na

⁷⁰ VILHENA, Luís Rodolfo. Op. Cit.

⁷¹ In: PREUSS, Mara Aguiar Souza. **A correspondência epistolar de Henrique da Silva Fontes**. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Letras-Literatura Brasileira e Teoria Literária), Universidade Federal de Santa Catarina.

dianteira do movimento folclórico em Santa Catarina na função de Secretário Geral da Comissão Catarinense de Folclore, montada durante a realização do Congresso.

O Congresso de História, como foi dito, centrou-se em torno da colonização com indivíduos vindos do Arquipélago dos Açores, de descendência portuguesa chamados “açorianos”. Foi neste momento de intenso debate acerca da identidade do habitante litorâneo em Santa Catarina que se destacou a figura luso-açoriana no panorama cultural catarinense, em contrapartida as imagens de um Estado de descendentes de imigrantes “estrangeiros” (em sua maioria alemães e italianos). Neste sentido, foi-se delimitando uma área de influência da cultura açoriana em Santa Catarina, que tomava como referencia as primeiras povoações (na ilha de Santa Catarina e no continente abrangendo aproximadamente uma área territorial que vai de São Miguel a Laguna).

A abertura do Congresso, que teve um caráter solene no palco do Teatro Álvaro de Carvalho no dia 5 de outubro de 1948, contou com uma série de discursos que enalteciam os feitos “heróicos” dos luso-açorianos. Para Maria Bernardete Ramos⁷² foi em meio às discussões sobre as “origens do homem catarinense” que se buscou a brasilidade do povo de Santa Catarina, cuja imagem deveria estar dissociada da figura do colono alemão e/ou italiano.

Neste período, houve uma valorização discursiva da colonização açoriana, deslocando-se o foco da ribalta para uma cultura açoriana que passa a ser percebida como a legítima herança da brasilidade em solo catarinense. Este discurso que procurava revigorar a história da imigração açoriana contou com toda uma intensa movimentação política e cultural na cidade de Florianópolis, capital do Estado. Na Assembléia Legislativa estadual, por exemplo, foram recebidos com honrarias os

⁷² No terceiro capítulo a autora trabalha a açorianidade como uma tradição inventada. Ver: FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi – palavras, sentidos, ficções**. Op. Cit. p.133

membros do Primeiro Congresso, sendo naquela ocasião, pronunciada uma frase de Paiva Boléo tirada de “Fausto” (personagem de Goethe) que sintetizava, metaforicamente, o movimento cultural e político que se desenrolava: disse o filólogo português: “o mundo não existiu antes que eu o criasse!”. Ele se referia, justamente, a “criação” monumental de uma cultura que comprovava enfim a brasilidade deste Estado. Nas palavras entusiasmadas e elucidativas de Paiva Boléo:

O fato de ser possível realizar este Congresso mostra que o Estado de Santa Catarina atingiu a muito aquilo a que poderia chamar, a falta de melhor expressão, a maturidade étnico-psicológica quero dizer que já está tão consciente de sua brasilidade.⁷³

O testemunho da brasilidade deste Estado era forjado a partir dos laços que prendiam os catarinenses às heranças culturais “luso-açorianas”, e ter consciência destes laços significava para o convidado português “mergulhar bem fundo as raízes no húmus da pátria, para que a árvore da vida nacional seja robusta e frondosa, e resista mais facilmente, portanto, aos vendavais que assolam o mundo”.⁷⁴

Um tempo de incertezas e re-definições. O mundo a que se refere Manuel Boléo estava vivendo a bipolarização política entre dois grandes blocos comandados por Estados Unidos de um lado e União Soviética de outro. Passada a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) vivia-se a chamada “Guerra Fria”, que no Ocidente caracterizava-se como o medo “vermelho” ou comunista. Para Eric Hobsbawm, neste período (que vai de 1945 à queda do muro de Berlim, em 1989) vivia-se ainda as ameaças de um ataque apocalíptico com bombas nucleares.

⁷³ Discurso de Manuel Paiva Boléo da Universidade de Coimbra participante do Primeiro Congresso de História de Santa Catarina, publicado no jornal **O Estado**, 07/10/1948.

⁷⁴ Idem.

O rearranjo de nações, principalmente de países colonizados, foi uma marca deste período de desagregação dos grandes impérios europeus e de formação de outros (EUA e URSS). Na América Latina, estas reformulações foram acompanhadas por uma abertura à cultura de massa, especialmente vinda dos Estados Unidos, que buscava novos mercados para inserir seus produtos e ideais.

Em meio a esta reformulação política, econômica e cultural que o mundo atravessava, o Estado do sul do Brasil não estava de fora, e ali procurou-se re-pensar o seu lugar dentro de um contexto nacional, de acordo com as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), que por meio da UNESCO procurava incentivar os estudos sobre as origens culturais das nações. A construção de uma identidade nacional, neste momento, era uma maneira de “sobrevivência” em meio a onda crescente da globalização.

Foi o Brasil a primeira nação a desobrigar-se do compromisso assumido ao aprovar, pelo Decreto-lei nº 2.290, de 24 de maio de 1946, a Convenção que criou a UNESCO, fundando o Instituto Brasileiro de educação, Ciência e Cultura (IBECC).⁷⁵

As Comissões de Folclore apareciam como um dos temas de estudos do IBECC, instituição organizada no Ministério das Relações Exteriores do Brasil para representar o país junto a UNESCO. O IBECC foi responsável, por exemplo, pela organização dos congressos de folclore, como o I Congresso Brasileiro de Folclore em agosto de 1951, o qual contou com a presença dos seguintes integrantes da Comissão Catarinense de Folclore: Oswaldo R. Cabral, Custódio F. de Campos, Walter Piazza, Oswaldo Melo Filho, Lucas Alexandre Boiteux e Victor Peluso Junior. O discurso de Cabral

⁷⁵ Aspectos da política cultural brasileira. Op.Cit.

(Secretário Geral da Comissão Catarinense) no Congresso buscou, também, marcar uma posição “autônoma”⁷⁶ dos estudos folclóricos em Santa Catarina que começaram a se projetar por meio dos Boletins Catarinense de Folclore.

Pode-se perceber que apesar dos Boletins mencionarem diversas manifestações culturais, as práticas atribuídas aos açorianos ganharam maior visibilidade. Entre os textos publicados nos 19 Boletins da primeira fase (1949 a 1963), que incluem descrições de atividades folclóricas e “noticiários”, as referências à “cultura açoriana” aparecem mais vezes do que as de outros grupos étnicos/culturais associados ao Estado. Cerca de 20 textos mencionam o folclore “açoriano”, enquanto 3 enunciam “costumes” teuto-brasileiros, 1 versa sobre o folclore “africano” e 1 sobre o ítalo-brasileiro.⁷⁷

A Comissão re-definia a brasilidade singular de Santa Catarina, que via na imagem do colonizador açoriano a saída para incluir a região nas tramas discursivas em torno de um caráter brasileiro. Por isso a imagem do “açoriano” que antes, segundo Hermetes Araújo⁷⁸, estava associada a um sujeito “indolente” e “incapaz”, passa a ser reformulada e percebida de uma maneira diferente, mais otimista e positiva. Através da

⁷⁶ “Não é menos verdade que a nova organização dada à Comissão Nacional de Folclore, constituindo-a em órgão dos folcloristas brasileiros, ao mesmo tempo resguardando às Comissões Estaduais a sua necessária autonomia, representa uma segura diretriz e uma esperança de nova e eficiente fase de trabalhos”. Trecho do discurso de Oswaldo Rodrigues Cabral no I Congresso Brasileiro de Folclore. In: **Boletim da Comissão Catarinense de Folclore**. Ano III, setembro e Dezembro de 1951 – n. 9 e 10.

⁷⁷ Entre os títulos que enunciam uma cultura açoriana constam: Temas açorianos; Reminiscências açorianas; O Boi de Mamão; Bandeira do Divino; Sobre o Terno de Reis; O terno de Reis no Folclore Catarinense; A Bernuncia – sua origem; Acerca da Bernuncia; Folclore açoriano – jogos e canções infantis; A respeito das feitiçarias de Açores; Modos de dizer terceirenses (Açores); No açores apreciam nosso boletim (carta); A Ilha – seminário de Ponta Delgada; Revisão ao problema do descobrimento dos Açores; Boletim do Instituto Histórico Ilhéu Terceira; As rendas; Rio Vermelho, uma povoação do interior da Ilha de Santa Catarina; O Divino Espírito Santo (coletando óbulos); A respeito dos Corações e “Pão por Deus”; Pau de fita; Notas e pesquisas sobre o Boi de Mamão. Sobre os “negros” em Santa Catarina o único texto encontrado foi: O Quicumbi, de Walter Piazza, além do artigo de Renato Almeida sob o título de: O negro na música brasileira. Os textos acerca dos teuto-brasileiros, todos escritos por Theobaldo Jamundá, são: Costumes do teuto-brasileiro do Vale do Itajaí; História da colonização alemã no Vale do Itajaí; e, A presença do palmito na sociedade teuto-brasileira. Os italianos irão aparecer em: Os santos no calendário neotrentino. Além destes constam referências aos “gaúchos” em: Ditados e comparações gaúchas; e, Cousas do folclore sul-riograndense.

⁷⁸ ARAÚJO, Hermetes R. de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

construção de uma identidade histórico-cultural local, em meio às lutas simbólicas por uma hegemonia cultural, foi sendo valorizada e consolidada a cultura dita açoriana.

Segundo Cabral:

O açoriano não fracassou. Muito ao contrário, constituiu-se e definiu-se como elemento de elevada significação na estrutura social catarinense – e o seu decantado fracasso não passa de uma apressada e unilateral observação da sua incapacidade agrícola.⁷⁹

A imagem maculada (de um sujeito “indolente” e avesso ao trabalho) que os açorianos carregaram nas primeiras décadas do século XX foi retocada em 1948 e colorida com as idéias deste intelectual. O alegado fracasso econômico da colonização luso-açoriana foi então compensado pelo heroísmo luso-brasileiro na “defesa” do litoral de Santa Catarina e, principalmente, pelo legado cultural deixado no Brasil para os catarinenses.

Foi sobre este legado que o grupo liderado por Oswaldo Cabral, que girava em torno da Comissão Catarinense de Folclore, empreendeu uma busca da “cultura popular” “açoriana”. Nesta busca das origens do habitante litorâneo de Santa Catarina, o folclore assumiu uma importância estratégica, o que comprova a produção⁸⁰ de Cabral sobre o tema.

A defasagem econômica/produzida dos imigrantes açorianos foi assim compensada pelo sucesso na formação sócio-cultural do povo litorâneo de Santa Catarina, “(...) o fracasso da agricultura açoriana não representa nem pode representar a

⁷⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina**. Op. Cit.

⁸⁰ Tendo como tema o “folclore”, Oswaldo Cabral publicou vários artigos, alguns no *Boletim Catarinense de Folclore*, entre eles: *A Setra, a Funda e o Bodoque* (1950), *Calungas de Barro Cozido* (1951), *Antigos Folguedos Infantis de Santa Catarina* (1951), *Olaria Josefense* (publicado no arquipélago de Açores em 1951), *A Ciência do Folclore* (conferência-1952), *O Folclore do Jogo do Bicho* (publicado em Portugal-1953), *Contribuição ao Estudo dos Folguedos Populares de Santa Catarina* (1953), e, o livro *Cultura e Folclore* (1954).

falência do seu espírito, da sua alma da civilização lusa que legou aos seus descendentes”. O descendente açoriano “(...) recebeu e conservou a religião, a língua, o sentimento pátrio, os costumes dos antepassados, firmando-os como fator principal da evolução histórico-político-social de Santa Catarina”.⁸¹

Nos discursos dos folcloristas, historiadores e romancistas, os açorianos saltam ao pódio dos vitoriosos, onde a imagem da colonização açoriana foi sendo invertida: de perdedores passavam à categoria dos virtuosos vencedores. Segundo Cabral:

O açoriano venceu pela sua descendência. (...) Amando a pátria que acolheu os velhos troncos, elevou-a, impondo, como sinal de sua capacidade, as tendências do seu sangue e da sua alma, as mesmas que perduraram e dominam até hoje, como marco indestrutível de sua vitória, no panorama social de Santa Catarina.⁸²

Lucas Boiteux também reforçava a pretensa herança brava açoriana quando dizia: “hoje em dia poucos são os catarinenses que nas veias não tragam alguns glóbulos desse povo marujo e cantador, tanta foi sua influência absorvente sobre a progênie dos primeiros povoadores”.⁸³

Assim, ao se pensar a identidade e a cultura “lusso-açoriana” em um congresso de ciências humanas em Santa Catarina, estava-se construindo uma nova forma de se encarar o Estado que não se encontrava fundamentalmente ligada à imagem dos colonos teuto-brasileiros (lembrando, mais uma vez, que os alemães tinham sido derrotados na Segunda Guerra Mundial em 1945 pelos “aliados”). Reivindicava-se para esta parte do sul do Brasil um lugar dentro de uma nação de língua e cultura portuguesa.

⁸¹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os açorianos**. Florianópolis : Imprensa Oficial, 1951.

⁸² Idem.

⁸³ BOITEUX, Lucas Alexandre. **Poranduba catarinense**. Florianópolis : Edição da Comissão Catarinense de Folclore, 1957.

O envolvimento de Henrique da Silva Fontes, que cultivara idéias voltadas ao nacionalismo e lançara na década de 1920 um conjunto de livros didáticos conhecidos como Série Fontes – o primeiro livro da Série, curiosamente chamado Cartilha Popular (1ª edição de 1920), nos ajuda a perceber os esforços intelectuais em torno de uma redefinição do nacionalismo, em específico no território catarinense. Na década de 1920 Fontes ocupava o cargo de Diretor da Instrução Pública do Estado no governo de Hercílio Pedro da Luz (1918-1924), pondo em prática uma intensa política de nacionalização do ensino em Santa Catarina, que, segundo a historiadora Paulete Maria Cunha dos Santos, fica clara quando aplicada a “um Estado que recebeu grande contingente populacional de imigrantes estrangeiros, principalmente alemães e, considerava seu dever, a educação da infância e da juventude brasileiras, mesmo que de pais estrangeiros”.⁸⁴

Percebe-se que desde as primeiras décadas do século XX existiam esforços no sentido de contornar a problemática de um Estado dividido por culturas e hábitos herdados por imigrantes não portugueses. Fontes é um exemplo do engajamento intelectual para contornar este problema, que revelava a fragilidade de uma nação que se queria unida territorial e simbolicamente. Sua luta dar-se-ia pela educação. O autor dos livros didáticos voltados para a alfabetização das crianças catarinenses acreditava na educação enquanto uma missão cívica nacional, com o uso de métodos baseados na memorização, nos símbolos da nação, nos valores católicos e nas hierarquias de molde militar. Fontes, neste sentido, foi um empreendedor de uma educação moralizadora que

⁸⁴ SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Protocolo do bom cidadão - Série Fontes: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950)**. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Ver também: FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano**. 2ª edição. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1991.

pretendia ensinar aos estudantes o caminho para um “bom cidadão”, obediente e trabalhador.

Voltando à segunda metade da década de 1940, um dos motivos que explicam o despertar da política de brasilidade está baseado nas disputas político partidárias no Estado entre os Ramos e os Bornhausen, como dá a pensar Carlos Alberto Lenzi, quando mostra os embates discursivos visando a sucessão governamental pós 1945:

De um lado as agressões, contra a situação que dominava a máquina estatal por quase dez anos, e, principalmente, pela atuação dita nacionalista no Vale do Itajaí, onde justamente concentravam-se as turbinas da oposição, pois o Governo Nereu Ramos, no período excepcional de 1937/1945, realizou um trabalho de abasileiramento dos costumes, visando, inclusive, a dominação política da região. Por outro lado as denúncias de falta de brasilidade da oposição, invocando os recentes acontecimentos da II Guerra Mundial.⁸⁵

Contudo, se partirmos somente desta constatação (fincada numa motivação político-partidária) para explicar a razão de uma política de cultura que buscava consolidar novos heróis (antes considerados anti-heróis, devido a alegada índole avessa ao trabalho que o homem do litoral carregava⁸⁶) de descendência lusa (no caso “açoriana”), corremos o risco de perder as movimentações cotidianas da história, seus processos de avanços e recuos, de estratégias e interesses que envolvem pessoas e seus desejos, colocados em meio a um contexto cultural de disputas complexas. Por isto, procuro mostrar algumas relações pessoais relevantes entre certos intelectuais engajados na causa da brasilidade catarinense, no intuito de aproximar-me desta intrincada rede de

⁸⁵ LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina**. Florianópolis : Lunardelli, 1983.

⁸⁶ Sobre esta transformação pela qual os discursos a cerca dos “açorianos” passaram ver: ARAÚJO, Hermetes R. de. Op. Cit. Ver também o capítulo 3 de: FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi – palavras, sentidos, ficções**. Op. Cit.

poder que se constituiu em torno da disputa pela identidade cultural em Santa Catarina, percebendo também suas estratégias de inserção nos postos de comando do governo do Estado. Estas relações pessoais eram, por sua vez, estreitadas na pequena capital do Estado que mereceu de Oswaldo Cabral o título de “provinciana”⁸⁷ (ao compará-la à capital federal e a São Paulo).

Ao tentar perceber as ações políticas destes indivíduos específicos (nomeados intelectuais), passo a privilegiar não mais os acontecimentos políticos e/ou econômicos, mas sim seus discursos e os contextos sócio-culturais particulares em que estavam inseridos, promovendo, assim, um diálogo constante entre as esferas da política e da cultura, sem deixar de apontar as estratégias pessoais de inserção social.

As estratégias políticas destes sujeitos colocavam os discursos acerca de uma cultura “primitiva” ou popular no centro de uma luta simbólica, que pressupunha uma busca de sustentação destes discursos, de sua legitimidade. Para Stuart Hall, “não deve nos surpreender que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma política cultural”.⁸⁸

Neste caso, podemos vislumbrar o papel dos sujeitos políticos ligados tanto ao Instituto Histórico quanto a outras instituições oficiais que, em 1948, voltam-se para a coleta cultural das “sobrevivências” das diversas manifestações populares no Estado, tema que até então não tinha sido alvo das políticas públicas de modo tão sistemático. Os discursos em torno desta cultura estavam inseridos nas estratégias sociais de

⁸⁷ Discurso de Cabral no Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore realizado de 22 a 31 de agosto de 1951 na capital federal (Rio de Janeiro). “Numa festividade como esta, em que se reúnem destacadas eminências culturais de todo país, em que se fazem ouvir as palavras mais autorizadas da nobreza da oratória nacional – vir um obscuro provinciano estender idéias que certamente trarão a marca de circunscrito meio em que vive (...)” (grifo meu). In: **Boletim da Comissão Catarinense de Folclore**. ano III, setembro e dezembro de 1951, n. 9 e 10. p. 39.

⁸⁸ HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação e realidade**. n. 22, jul./dez. 1997, pp. 15-46.

reconhecimento intelectual e de poder político (que pressupõe um poder simbólico – cultural), mas por outro lado, percebo também os discursos em torno do folclore como articulados a uma construção identitária de uma cultura regional.

Funcionários e folcloristas

Um aspecto a ser destacado no movimento folclórico de Santa Catarina é a estreita relação entre folcloristas e funcionários públicos ligados a instituições governamentais da capital do Estado. Muitos dos membros da Comissão Catarinense de Folclore – que pensavam a identidade cultural de Santa Catarina tendo como contraponto os avanços de mercado sobre a cultura – ocupavam cargos de destaque junto ao governo local. O movimento folclórico catarinense, patrocinado pelo poder público, contou com as influências que determinados membros da Comissão de Folclore tinham junto as esferas do governo.

Walter Fernando Piazza, um dos primeiros bacharéis formados em História pela Faculdade Catarinense de Filosofia, em 1957, era um exemplo do estreito relacionamento entre intelectuais (folcloristas) e governo. Além de membro da Comissão de Folclore, Piazza foi um alto funcionário público do Estado, onde desempenhou entre outras funções o cargo de diretor da Secretaria de Viação e Obras Públicas no governo de Irineu Bornhausen (1951-1956), chegando à direção de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura em 1959.⁸⁹

A relação entre intelectuais e Estado era um fato comum no período, ligado ao “fator relacionado ao pequeno desenvolvimento do campo intelectual dos estados que facilitava os *contato políticos* dos folcloristas”, uma vez que o funcionalismo público

⁸⁹ **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, 08/03/1955 e 03/07/59.

apresentava-se “como o principal mercado de trabalho para os intelectuais locais”.⁹⁰ Esta relação era fator decisivo para a sobrevivência das comissões estaduais que empreendiam seus estudos “amadores” na dependência dos financiamentos estatais. As relações íntimas entre “folcloristas” e funcionários do alto escalão do governo faziam parte da mobilização em torno do folclore. Entre os intelectuais-funcionários públicos, como Piazza, estavam: Victor Antônio Peluso Júnior (Secretário da Agricultura – 1954, Secretário do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia – 1952, e membro da Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina – 1953), Osvaldo Ferreira de Mello Filho (diretor do Departamento de Educação e Cultura – 1961, presidente do Conselho Estadual de Educação e assessor de Educação do PLAMEG, Plano de Metas – 1962) e Carlos da Costa Pereira (Diretor da Biblioteca Pública do Estado – 1953).

A parceria entre Comissão de Folclore e governo estadual servia como uma estratégia ao movimento folclórico para garantir recursos financeiros. Por isso, foram introduzidos “representantes de prefeitos e governadores nas comissões estaduais, fórmula consagrada pelo regulamento de reestruturação da Comissão Nacional de Folclore às vésperas do I Congresso”.⁹¹ Vilhena, inclusive, cita uma carta em que Renato Almeida elogia Osvaldo Cabral por ter indicado Victor Antônio Peluso, Secretário de Agricultura, para assumir o cargo de secretário-executivo junto à comissão de folclore, como maneira astuciosa de garantir recursos públicos à comissão, devido justamente às influências pessoais dos governantes junto a toda movimentação relacionada aos estudos folclóricos.

Ao analisar as relações entre intelectuais e Estado no Brasil, Sérgio Miceli indica o período entre 1945 e 1964 como um momento de definições e rearranjos no serviço público, onde se buscou ampliar as “carreiras reservadas aos intelectuais ao mesmo

⁹⁰ VILHENA, Luís Rodolfo. Op. Cit. p. 249.

⁹¹ Idem. p. 201.

tempo em que se intensificava o recrutamento de novas categorias de especialistas (economistas, sociólogos, técnicos em planejamento e administração)”. Assim, este trabalho vêm ao encontro de suas constatações, pois muitos destes intelectuais alcançaram os “postos-chaves da administração central”, fortificando-se assim uma elite intelectualizada burocrática e obediente ao poder central.⁹²

Um Estado diferente

A associação entre Comissão de Folclore e Estado garantiu recursos para a publicação do Boletim Catarinense de Folclore. Na década de 1950 foram publicadas naquele periódico as pesquisas folclóricas que no seu conjunto procuravam construir uma cartografia da diversidade cultural para o Estado, a qual estava diretamente relacionada com os artifícios de construção de uma identidade catarinense. Constituído de pequenos textos descritivos das práticas culturais, versos, fotos, desenhos que retratam a encenação de folguedos etc, os Boletins mais pareciam álbuns de colagem de um folclore, semelhante aos colecionadores de costumes populares do século XIX na Europa citados por Renato Ortiz.⁹³ Também eram impressas as notícias sobre os congressos de folclore, junto com discursos pronunciados durante os eventos especializados, e pequenos artigos que procuravam implantar uma cientificidade aos estudos de uma cultura regional.

A leitura que os folcloristas faziam, impressa nas páginas do Boletim, procurava retratar os diversos traços culturais do folclore catarinenses. As diferenças culturais do Estado representavam um problema interno que envolvia o governo e as instituições

⁹² MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo : Difel, 1979. p.131.

⁹³Ver: ORTIZ, Renato. **Românticos e Folclorista**. Op. Cit.

ligadas a ele, congregando, para resolve-lo, os esforços de intelectuais no sentido de positivar este quadro diferenciado e singular. Assim, o Estado aparecia como um local “diferente” frente ao restante da nação, estigma que foi sendo positivado nos discursos inclusivos das imigrações “estrangeiras”.

“Se o folclore brasileiro é o produto histórico da convergência de três grandes troncos culturais, outras contribuições, poderiam, sem ameaçar a integridade deste todo, incorporar-se a ele”⁹⁴ (grifo meu). O folclorista paranaense Fernando Corrêa de Azevedo dizia estar se formando no sul do país “um folclore diferente” que representava uma fonte de “ricos mananciais”. Procurava-se, assim, nestes mananciais, agir como um garimpeiro que buscava encontrar pedras preciosas nas águas dos rios. Nesta ação os folcloristas descartavam aquilo que não os interessava (os cascalhos) e guardavam as tradições (tesouros) mais adequadas para a imagem específica do “folclore sulista”:

O folclore de Santa Catarina prende-se a um aspecto geral do folclore sulista do sul do Brasil.

Em toda a nossa região meridional distinguimos com nitidez apreciável três camadas étnicas bem distintas. A primeira é o substrato ameríndio na sua variedade étnica.

A segunda é a camada ibérica em dois substratos também igualmente definidos: a) o substrato do colono que dos altiplanos paulistas se estendem para o sul do país; b) o substrato ilhéu, não só dos Açores como da Madeira, que foi introduzido ainda nos tempos coloniais na zona litorânea.

Igualmente a terceira camada étnica, também variável representada pelas diversas ondas de imigrantes que foram localizados nos vales férteis da Terra Catarinense.⁹⁵

⁹⁴ VILHENA, Luís Rodolfo. Op. Cit. p. 195.

⁹⁵ Ver: LIRA, Mariza. Problemas fundamentais do folclore catarinense. In: **Boletim da Comissão Catarinense de Folclore**, ano II, n. 6, dezembro de 1950.

Neste sentido os estudos folclóricos, segundo Mariza Lira, seguem um caminho “adequado” à “superposição” dos “elementos étnicos” mencionados acima, os quais representam “indiscutíveis riqueza folclórica”.⁹⁶ Por isso, concordo quando se diz que a produção discursiva, alimentada por uma política cultural, buscou consolidar uma identidade catarinense, nas décadas de 1940/50, que positivasse o elemento “açoriano”, mas tal política de positivação deve ser vista sobretudo como um esforço para resolver uma problemática da identidade regional posta pelas diferenças culturais no momento específico de redemocratização brasileira, permeada pelos desdobramentos de um contexto pós Segunda Guerra, ao mesmo tempo em que os indivíduos produtores destes discursos procuravam uma auto-afirmação que os colocassem numa ordem social privilegiada.

Todavia, como perceber os “outros”, “não-açorianos”, no panorama cultural catarinense? Os discursos que compõem a primeira fase do Boletim da Comissão Catarinense de Folclore (imagens, textos etc) reconhecem a presença deles, porém de maneira diminuta. A cultura “açoriana” aparecia em relevo no jogo de montagens discursivas.

Os “açorianos” enquanto representantes da lusitanidade em solo catarinense apareciam aos olhos dos folcloristas e dos congressistas de 1948 como o elemento cultural de referencia para o litoral catarinense, e como tal as imagens pejorativas deste habitante da costa que até então vigoravam não serviam (sua suposta indolência e incapacidade ao trabalho; discursos que se opunham a uma imagem dos imigrantes do Vale do Itajaí, como pessoas de índole trabalhadora⁹⁷). Neste sentido houve, como foi apontado anteriormente, uma re-significação pela história, e uma valorização pelos estudos regionais do folclore, da colonização e da cultura “açoriana”. Assim, não

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Ver: ARAÚJO, Hermetes R. de. Op. Cit.

devemos perder de vista que o movimento folclórico em Santa Catarina nasceu neste contexto comemorativo do bi-centenário de colonização “açoriana”, onde se buscava realçar os laços de brasilidade no sul do Brasil.

O litoral, enquanto sub-região, ganhou ênfase nos discursos que procuravam legitimar uma cultura “açoriana”, num diálogo com uma série de determinados discursos do passado que se debruçaram, em algum momento, sobre a questão da brasilidade. Os “açorianos” foram re-descobertos pelos intelectuais que problematizavam a “singular” identidade catarinense.

O bi-centenário da colonização açoriana reflete, parece-me, a reivindicação histórica das chamadas “colônias estrangeiras” no Brasil. Bem entendidas, tais colônias jamais seriam quistos raciais”, e sim elementos de colaboração; jamais seriam “pedras indigestas” no estômago da nacionalidade. Seriam homogeneizadas, o progresso, a riqueza, a cultura, a família brasileira, em suma, florescente em terras da América, com o brilho de uma nova civilização e o calor de um novo sangue, em pacífica transfusão de benéficos efeitos para a economia e a saúde racial, a desenhar-se, ainda, no imenso corpo do Brasil.⁹⁸

Os discursos que naquele momento dialogavam com o passado, ou melhor, com outros discursos formadores de uma versão oficializada da história, mostram algumas das preocupações em torno do debate da “açorianidade”. A afirmação que as “colônias estrangeiras” estavam longe de representar “quistos raciais” e se constituíam mais como “elementos de colaboração” colocava o discurso do governador (na abertura do Congresso Catarinense de História) mais uma vez dentro do debate acerca da legitimidade de Santa Catarina frente a questão da nacionalidade, tendo em vista a

⁹⁸ Discurso do governador do Estado, Aderbal Ramos da Silva, na Abertura do Primeiro Congresso de História de Santa Catarina, publicado pelo jornal **O Estado**, 07/10/1948.

constituição complexa do quadro populacional do Estado, marcado, como foi frisado, por imigrações significativas tanto de “alemães” quanto de “italianos”⁹⁹.

Queria-se naquele momento espantar de vez o fantasma do “alemanismo” e colocar as coisas nos seus devidos lugares, ou melhor, nos seus patamares próprios de uma ‘escada cultural’. Acredito que a imagem de uma ‘escada’ cabe melhor aqui que a de um mosaico, na medida em que tento mostrar uma hierarquização das culturas com seus lugares demarcados. As diversas culturas eram colocadas em degraus distintos nesta escada. A região pode ser vislumbrada de modo verticalizado, com culturas graduadas que se pautavam em um imaginário mensurador. Assim o “grau” de cada cultura era diagnosticado de acordo com o índice de brasilidade que esta apresentasse, quanto mais próxima uma cultura estivesse dos discursos acerca do “verdadeiro” caráter nacional, maior seria o grau de brasilidade desta cultura, que neste caso, poderia galgar um degrau mais alto da escada cultural. Este grau de brasilidade estaria baseado na idéia das três “raças” fundadoras, sacada em momentos específicos, onde estivesse em discussão a autenticidade de um caráter brasileiro em Santa Catarina (como foi o caso de 1948).

Contudo, o elemento luso era o ingrediente “civilizatório” desta soma nacional, desta mestiçagem enquanto fruto da assimilação de diversas culturas pelo elemento português. Esta assimilação pressupõe a incorporação de certos elementos culturais dos “negros”, dos “índios”, dos “imigrantes” e não uma troca igualitária entre as partes ou, no caso, as “etnias”.

⁹⁹ As aspas são para lembrar que os “alemães” e os “italianos” que vieram para o Brasil, no século XIX, se identificavam, muitas vezes, em relação a sua região (local) de origem que não diz respeito a um sentimento identitário ligado ao Estado nacional.

CAPÍTULO 3: A BRASILIDADE CATARINENSE

Sei que existem manifestações peculiares, por exemplo, ao litoral de Santa Catarina. Ou ao planalto. Tais manifestações (peculiares), como quaisquer outras que caracterizam isto que chamamos cultura brasileira, são importantes porque representam aspectos do pensar do homem brasileiro.¹⁰⁰

Silvio Coelho dos Santos

A identidade brasileira foi pensada por intelectuais como Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, no final do século XIX e começo do XX, como resultado de uma mestiçagem¹⁰¹ (mais no sentido de assimilação), onde, apesar da supremacia do projeto político e ideológico de “branqueamento”, a presença de colônias estrangeiras (alemãs, italianas etc) no sul do Brasil representou, para Romero, um fator de desagregação nacional, uma vez que seus habitantes “não se deixavam misturar” a população brasileira.

¹⁰⁰ In: Jornal **O Estado**, caderno II, 02/02/1975.

¹⁰¹ Segundo Renato Ortiz, “o mestiço é para os pensadores do século XIX mais do que uma realidade concreta, ele representa uma categoria através da qual se exprime uma necessidade social – a elaboração de uma identidade nacional”. Se por um lado, a “realidade concreta” colocava o mestiço enquanto um produto do cruzamento entre raças desiguais, que encerrava os “defeitos e taras transmitidos pela herança biológica”, por outro, a mestiçagem representava, simbolicamente, as “aspirações nacionalistas” que vislumbravam no “branqueamento” uma sociedade brasileira ideal. Ver: ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. Op. Cit. pp.13-36.

A campanha de nacionalização implantada no Estado Novo (1937-1945), durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, resultou (entre outras práticas) numa investida contra o “isolamento” das colônias sulinas de imigrantes “estrangeiros”, por meio de um conjunto de ações arbitrárias de integração político-cultural. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial (1945) e findo o Estado Novo, buscou-se um novo posicionamento dos imigrantes de Santa Catarina, onde passaram a ser vistos não mais como um elemento desagregador da nacionalidade e sim como partes integrantes de um mesmo país. Retomemos um trecho do discurso de abertura pronunciado no Congresso de História por Aderbal Ramos da Silva (citado no final do capítulo anterior):

O bi-centenário da colonização açoriana reflete, parece-me, a reivindicação histórica das chamadas “colônias estrangeiras” no Brasil. Bem entendidas, tais colônias jamais seriam quistos raciais” e sim elementos de colaboração; jamais seriam “pedras indigestas” no estômago da nacionalidade.¹⁰²

As “colônias estrangeiras”, que antes chegaram a representar “quistos raciais”, passavam a ocupar um outro lugar no panorama cultural da região. Eram enunciadas como constituintes do Brasil e do Estado catarinense num discurso conciliatório que buscava incluir na cultura de Santa Catarina os elementos “estranhos”. Buscava-se, assim, reabilitar estes imigrantes nas veredas dos discursos identitários.

Neste sentido, o folclorista Theobaldo Jamundá procurava, com ressalvas, inserir o elemento germânico catarinense na sociedade nacional e apagar a imagem pejorativa e excludente que o teuto brasileiro de Santa Catarina carregava (como habitantes de colônias isoladas do Brasil e/ou associadas ao nazismo).

¹⁰² Discurso do governador do Estado, Aderbal Ramos da Silva, na Abertura do Primeiro Congresso de História de Santa Catarina, publicado pelo jornal **O Estado**, 07/10/1948.

O impressionismo de superfície confere que o alemão ou teuto brasileiro doutras áreas não encontra o aspecto dinâmico do processo de aculturação quando em presença da sociedade teuto brasileira desta área geográfica (Vale do Itajaí), isto pelo etos de que é portador. Sociologicamente não tem mérito tal impressão pois é apenas um erro grosseiro.¹⁰³

Contudo, Jamundá reprimia algumas “sobrevivências” culturais não abasileiradas que ainda figuravam no Vale do Itajaí:

É permitido mencionar a prevenção contra os descendentes de alemães pomeranos. Para alguns teuto-brasileiros apelida-lo de pomerano é insultar, significa que se lhe está chamando: teimoso, atrasado, intratável, comumente se diz em alemão POMMERKNOTEN que vem ser “fechado como nó cego”.

Os grupos teuto-brasileiros da cultura pomerana agravam a prevenção no uso do dialeto PLATT’DEUTSCH e com certa cultura de folk própria das suas comunidades.¹⁰⁴

O discurso de Jamundá procurava diagnosticar certas práticas culturais não abasileiradas, que, por sua vez, eram apresentadas como uma exceção no panorama regional de santa Catarina, em regra o “outro” (o “alemão”) teria sido incorporado nas tramas dos dizeres inclusivos de uma identidade local de caráter plural.

Identidade mestiça

¹⁰³ JAMUNDÁ, Theobaldo C. Costumes do teuto brasileiro do Vale do Itajaí. In: **Boletim da Comissão Catarinense de Folclore**. Ano II, n.7, março de 1951.

¹⁰⁴ Idem.

Estes dizeres reabilitadores procuravam identificar os elementos “estranhos” mediante um diálogo com os discursos fundantes de uma identidade nacional mestiça. A mestiçagem enquanto fator definidor do caráter brasileiro é antigo, mas foi com Gilberto Freyre, que a mestiçagem ganhou status diferenciado. Se Silvio Romero propunha o “branqueamento” da nação via miscigenação entre brasileiros (mestiços) e “imigrantes europeus” como a solução para o desenvolvimento do país e “purificação” da “raça”, Freyre considerava a mestiçagem como um valor positivo que definiria a identidade nacional. Segundo Renato Ortiz:

Gilberto Freyre reedita a temática racial, para constituí-la, como se fazia no passado, em objeto privilegiado de estudo, em chave para a compreensão do Brasil. Porém ele não vai mais considera-la em termos raciais, como faziam Euclídes da Cunha e Nina Rodrigues; na época em que escreve, as teorias antropológicas que desfrutam do estatuto científico são outras, por isso ele se volta para o culturalismo de Boas. A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço.¹⁰⁵

Freyre ao considerar o “culturalismo” como parâmetro para analisar a sociedade brasileira desvia-se do determinismo que via no processo de mistura entre “raças” um fator de degeneração da civilização. Em seu discurso o elemento português ganha destaque, afeito a mestiçagem ele constrói a base de um mundo híbrido nas relações (culturais, sexuais) com “negros” e “índios”.

Neste sentido, a base da identidade nacional era ressaltada entre os folcloristas. Segundo Câmara Cascudo das três “raças” que compõe a literatura oral brasileira a portuguesa:

¹⁰⁵ ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. Op. Cit. p.41.

Deu o contingente maior. Era vértice de ângulo cultural, o mais forte e também um índice de influências étnicas e psicológicas. Espalhou-se pelas águas indígenas e negras, não o óleo de uma sabedoria, mas a canalização de outras águas, impetuosas e revoltas, onde havia a fidelidade dos elementos árabes, negros, castelhanos, galegos, provençais, na primeira linha da projeção mental.¹⁰⁶

A mestiçagem era exaltada. O português, mesmo antes de chegar no Brasil, era resultado da mistura entre diversos “povos”. Sua índole pacífica, cordial era repetida e se mostrava como uma marca essencial de seu caráter. Percebe-se que apesar das misturas – tidas como conflituosas – o elemento que se sobressaía era o português, capaz de sintetizar as culturas e apaziguar as discórdias. Neste sentido podemos perceber semelhanças entre Silvio Romero e Gilberto Freyre, justamente quando o português aparece como o elemento catalizador que faria o amálgama cultural brasileiro. Segundo Romero, os brasileiros são:

Um prolongamento da civilização lusitana, um povo luso-americano, o que importa dizer que este povo, que não exterminou o indígena, encontrado por ele n’esta terra e ao qual se associou, ensinando-lhe a sua civilização, que não repeliu de si o negro, a quem comunicou os seus costumes e a sua cultura, predominou, entretanto, pelo justo e poderoso influxo da religião, do direito, da língua, da moral, da política, da indústria, das tradições, das crenças, por todos aqueles invencíveis impulsos e inapagáveis laços que movimentam almas e ajuntam homens.¹⁰⁷

Para Silvio Romero era justamente a capacidade em se misturar a outras “raças”, que distinguia o “elemento português” dos demais habitantes do Brasil. Pela mesma

¹⁰⁶ CASCUDO, Luis da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro : J. Olympio; Brasília : INL, 1978.

¹⁰⁷ ROMERO, Silvio. **O elemento português no Brasil** - Conferência. Lisboa : Typografia da Companhia Nacional Editora, 1908.

vereda, Gilberto Freyre afirma que o “dinamismo cultural”, a “tendência a mestiçagem” é marca indelével do português, que possibilitara a formação de um mundo híbrido e “democrático” nos trópicos.

Se somos – como me parece – uma unidade psicológica e ao mesmo tempo cultural, é que entre nós se desenvolveram motivos e estilos de vida essencialmente os mesmos, dentro de tendência geral, que me parece ter sido aquela: a tendência para a mestiçagem, que importa um pendor para a democratização social.¹⁰⁸

Neste sentido, Freyre difere os portugueses dos demais europeus, uma vez que “está dentro da tradição portuguesa no Brasil como no Oriente e na própria África a tendência para assimilar elementos estranhos”.¹⁰⁹

O português foi por toda parte, mas sobretudo no Brasil, esplendidamente criador nos seus esforços de colonização. A glória do seu sangue não foi tanto a de guerreiro imperial que conquistasse bárbaros para os dominar e os explorar do alto. Foi principalmente a de procriar europeus nos trópicos. Dominou as populações nativas, misturando-se com elas e amando com gosto as mulheres de cor.¹¹⁰

Esta “plasticidade” inata que os portugueses teriam para se adaptar as situações novas, aos relacionamentos entre etnias diferenciadas, procurava reabilitá-los e superar o que Freyre chamou de “preconceito antiportuguês”, que “por muito tempo dominou a muitos dos estudiosos brasileiros de assuntos da colonização e de história nacional”.¹¹¹

¹⁰⁸ FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1940. p.46/47.

¹⁰⁹ Idem. p.39.

¹¹⁰ Idem. p. 43.

¹¹¹ Idem. p.41.

Assim, os imigrantes eram re-integrados em Santa Catarina pelo processo de “abrasileiramento” que se fundamentaria na “incorporação” de algumas de suas tradições. “Creio que nossa tradição pode enriquecer-se, e muito, no contacto com as culturas trazidas pelos imigrantes alemães, italianos, poloneses, espanhóis, húngaros, japoneses, judeus”.¹¹²

A identidade brasileira, por outro lado, também foi alvo de análise do historiador Sérgio Buarque de Holanda, que em “Raízes do Brasil” (publicado em 1936) buscou traçar um caráter nacional brasileiro, atribuindo a “cordialidade” como uma característica identitária marcante. “O peculiar da vida brasileira parece ter sido uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras”.¹¹³ A mestiçagem representava, para este autor, um fator decisivo para a adaptação, fixação dos portugueses nos trópicos. Sua interpretação acerca da “invasão” holandesa em Recife no período colonial, e o conseqüente “fracasso” de tal empreitada estaria, justamente, no “orgulho de raça” que os holandeses carregavam, que não permitia que se misturassem a “população de cor”.

Contudo, quando levamos em conta os estudos sobre folclore, Silvio Romero apresenta-se como uma referência primordial para se pensar uma identidade nacional via “cultura popular”. Como antecessor das teorias de Gilberto Freyre acerca do caráter brasileiro fundamentado na idéia das três “raças”, ele foi um precursor ao enunciar a mistura cultural entre “brancos”, “negros” e “índios” sem cair no discurso romântico da “corrente indigenista” (representada por Gonçalves Dias e José de Alencar), que via no elemento indígena a pureza de uma alma nacional, nem no discurso reinante entre os

¹¹² Idem. p.38.

¹¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo : Companhia das Letras, 1995. p.61.

intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do final do século XIX, que “valorizava a continuidade entre as monarquias brasileira e portuguesa, dentro da visão da “história brasileira enquanto o palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador”, ignorando a atuação dos demais grupos étnicos que compuseram a população”¹¹⁴. Romero, então, recupera o papel do “negro”, negligenciado pelo *indigenismo*, e inaugura um discurso que procurava integrar os três matrizes étnicos; embora com ressalvas. Cabia ao “branco” (de língua portuguesa) o papel de “branquear” a nação. Por meio de sua concepção de mestiçagem, dentro de um período determinado de tempo, o “negro” e o “índio” seriam assimilados pela cultura portuguesa “mais forte”.

Neste sentido a ambigüidade de Romero em torno da questão da imigração colocava em confronto uma disputa de idéias: a primeira colocava a imigração enquanto um fator positivo, quando vista sob a ótica do branqueamento, e a segunda a imigração como negativa, quando os imigrantes não se permitem assimilar ao resto do Brasil (como ele argumentava). Para Dante Moreira Leite, Silvio Romero, que se referia ao brasileiro como uma “sub-raça mestiça e crioula, distinta da européia”, “às vezes, dá a impressão de acreditar numa originalidade de uma raça futura, com o progressivo *branqueamento* da população; outras vezes, pregava a necessidade da imigração para que se compensasse, com sangue novo, a degeneração provocada pelo clima”.¹¹⁵ Esta indecisão ao tentar estabelecer um “caráter” ao brasileiro (entre o português, civilizado, e mestiço “bestamente atrasado”) pode ser evidenciada nos seguintes escritos do folclorista:

¹¹⁴ VILHENA, Luís Rodolfo. Op. Cit. p. 150. Aqui o autor cita Manuel Luís Salgado Guimarães: “História e brasilidade”, In: **História em debate: problemas, temas e perspectivas; anais do XVI Simpósio da Anpuh** (Rio de Janeiro, 22 a 26 de julho de 1991). Rio de Janeiro: Anpuh; Brasília: CNPq.

¹¹⁵ LEITE, Dante Moreira. Op. Cit. p. 246 e 247.

O brasileiro ficou quase um retrato do português. A natureza como agente de transformação, pouco há feito para alterá-lo, tendo a lutar contra a estreiteza do tempo e a civilização européia. O caboclo (índio), tipo quase perdido, que se vai esvaecendo cada vez mais, mui fracamente contribuiu também neste sentido. O africano, rebelde aos progressos intelectuais, tem alterado, sem vantagem, nossa fisionomia pretérita. Do consórcio, pois, de velha população latina, bestamente atrasada, bestamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados como escravos, surgiu, na máxima parte, este povo, que se diz grande, porque possui, entre outras maravilhas, “o mais belo país do mundo”. É necessário buscar na história as condições de sua cultura, de sua civilização.¹¹⁶

Romero parecia ter sido, acima de tudo, um grande polemista. Suas afirmações, neste caso, reafirmam a idéia de uma “população latina” inferior, mestiça, histórica e culturalmente constituída. Contudo, Moreira Leite aponta estes escritos como parte de sua fase “pessimista”, que seria vencida mais tarde pela crença em um futuro promissor, mesmo que mestiço.

Por isto, a crítica de Romero voltada à ‘célula cancerígena’ – que a colônia alemã representava ao corpo da nação – apontava, justamente, a mestiçagem como um ‘antídoto’ que agiria contra o isolamento da colônia estrangeira em solo nacional. Na obra “O elemento portuguez no Brasil”¹¹⁷ Romero argumenta em defesa da capacidade do português de se misturar, de assimilar outras “raças” o que o distinguiria das demais etnias habitantes do sul do Brasil. O “elemento germânico é demasiado diferente de seus vizinhos e concorrentes brasileiros que considera inferiores a si, e a experiência tem provado que não se deixa assimilar e diluir pelas populações pátrias que o circundam” (grifo meu).¹¹⁸ A vantagem em se apostar no elemento português como uma saída para a construção de uma cultura nacional, segundo Romero, estaria, justamente,

¹¹⁶ ROMERO, S. Provoações e debates. In: LEITE, Dante Moreira. Op. Cit. p. 243.

¹¹⁷ ROMERO, Silvio. **O elemento portuguez no Brasil** - Conferência. Lisboa : Typografia da Companhia Nacional Editora, 1908.

¹¹⁸ Idem.

em seu caráter afeito aos cruzamentos raciais, enquanto o “outro” (alemão) representava o avesso desta mestiçagem.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz, Romero via na mestiçagem uma saída para a homogeneização nacional “em vista da constatação da inexistência de um grupo étnico definitivo no Brasil, esse intelectual elegia o mestiço como o produto final de uma raça em formação”.¹¹⁹ Adepto das teorias deterministas raciais da época, não via na mestiçagem uma forma de relação igualitária entre os homens (e mulheres) que constituíam as “três raças formadoras” da nação, sua idéia acerca da miscigenação tendia sim a reforçar as diferenças raciais, colocando as “raças” em patamares distintos de acordo com seus respectivos graus evolutivos. O português obviamente estava no topo.

Entretanto, o estudo folclórico ao longo dos anos redefiniu suas pesquisas e seus objetos de investigação, a fim de manter-se atualizado e de melhor identificar os diferentes elementos que entravam na composição da cultura nacional. Segundo Luís Vilhena, Mário de Andrade teria sido um dos responsáveis por esta re-definição. Em termos conceituais, ele teria substituído o “paradigma racial” introduzido por Silvo Romero por uma análise mais sociológica, onde entraria o “paradigma culturalista” que, todavia, não buscava romper de todo com a “fábula das três raças” (o mito fundador da identidade nacional), “pois o que era antes o produto da mestiçagem do “sangue” das três raças formadoras transforma-se no resultado da “aculturação” entre os traços das três culturas originais constituintes da nossa brasilidade”. Além disso, Mário de Andrade, ao privilegiar a música em detrimento da literatura (especialidade de Romero), teria promovido um outro deslocamento que re-dirigia o olhar dos folcloristas para os ritmos e a musicalidade, pois assim o pesquisador poderia detectar a “influência dos

¹¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo : Companhia das Letras, 1993. pp. 153-155.

grupos étnicos não europeus” (descentrando a análise folclórica da língua), “mostrando de forma mais clara como eles ajudaram a estabelecer padrões que nos afastavam dos modelos portugueses”,¹²⁰ pretendendo assim caracterizar o “povo brasileiro” de modo mais preciso.

As tentativas de melhor identificar o “caráter nacional” pelo folclore não pararam na música. Mais tarde, as danças dramáticas ou folguedos ganharam destaque, pois numa só manifestação podia-se encontrar os ritmos musicais com suas respectivas letras assim como suas danças. As diversas linguagens (corporal, musical e falada) eram incorporadas a fim de uma melhor precisão analítica e localização dos diversos elementos compositores de uma cultura mestiça.

De toda maneira, estes deslocamentos não pressupunham um corte entre passado e presente. Pelo contrário, mostram-nos as conexões de um passado re-arranjado para servir às novas demandas do presente. As mudanças de objeto de pesquisa dos folcloristas (literatura, música e, por fim, folguedo) não romperam com uma continuidade de pensamento que via na cultura do “povo” os traços de identidade entre uma coletividade inserida em fronteiras nacionais, ou regionais.

Agora podemos perceber algumas das razões pela qual emergiram na década de 1950 certas concepções acerca da identidade nacional formuladas por Silvio Romero e re-significadas por Gilberto Freyre. Entre elas a concepção de uma brasilidade pautada na mestiçagem que via o português (ou “açoriano”) como elemento de destaque, dado seu caráter conciliatório, propenso a incorporar as outras “etnias” ao seio da nação.

A presença de Silvio Romero deu-se de modo mais concreto na homenagem feita por Jorge Lacerda na Câmara dos Deputados de Santa Catarina, publicada nas páginas

¹²⁰ VILHENA, Luís R. Op. Cit. p. 152-153.

do Boletim Catarinense de Folclore em junho de 1951.¹²¹ Neste discurso Romero ressurge como o “sociólogo” que “estudou os fatores étnicos da vida nacional” e o “folclorista” que “penetrou antes de ninguém nas raízes remotas e nos resíduos do passado brasileiro, procurando recolher os lineamentos originais de nossa formação”.¹²²

As preocupações de Silvio Romero com o caráter nacional brasileiro despertaram o interesse do Boletim Catarinense de Folclore, quando se pensava uma saída para o impasse acerca da identidade cultural do catarinense. Os ajustes dos laços de brasilidade estavam sendo refeitos. Manobrava-se discursivamente entre a valorização do elemento luso-açoriano para formação do caráter regional catarinense (presente de modo sistemático nos trabalhos apresentados no Congresso de História) sem perder de vista a diversidade cultural regional representada por outras “etnias”.

Contudo, desde o final do século XIX o sul do Brasil fora visto como um local distinto do restante do país, que abrigava um grande continente de “imigrantes” e uma presença reduzida de “negros”.

Ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já se deixa entrever, entre uma nação branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que está se constituindo nos estados do Sul, donde o clima e a civilização eliminarão a raça negra, ou a submeterão.¹²³

Nina Rodrigues deixa entrever as influências da teoria do “branqueamento” em seu discurso, que enuncia uma região de origem germânica no sul do Brasil, onde a

¹²¹ **Boletim da Sub-Comissão Catarinense de Folclore**. Ano II, n.8, junho de 1951. p. 3 e 4.

¹²² LACERDA, Jorge. No Centenário de Silvio Romero. In: **Boletim da Comissão Catarinense de Folclore**. n.8, ano II, junho de 1951.

¹²³ RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 7ª ed. São Paulo : Ed. Nacional; Brasília : ed. Universidade de Brasília, 1988.

“raça” negra encontrava-se senão “submetida”, “eliminada”. Segundo estudos contemporâneos, organizados por Ilka Boaventura Leite, o “negro” tem sido sistemática e historicamente “invizibilizado” pelos discursos acerca de um passado colonial agro-exportador, onde a escravidão e as tensões sociais são minimizadas nos estados do sul do país.

A grande maioria das pesquisas que enfocam a contribuição dos descendentes de africanos no Sul do Brasil afirma a *sua especificidade* em relação às outras regiões do Brasil. Sobretudo ao examinar os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, *duas especificidades são apontadas*: a primeira, fundamentada a partir de uma análise do passado colonial, afirma que o negro teve e tem presença rara, inexpressiva ou insignificante e atribui a isto a ausência de um grande sistema escravista voltado para a exportação, como ocorreu em outras regiões do Brasil.¹²⁴

Por outro lado, os “índios” também foram negligenciados enquanto grupo contribuinte de uma cultura catarinense, pois quando muito teriam sido assimilados pela civilização no Sul dos trópicos, deixando, por sua vez, poucos sinais de sua passagem, encontrados em alguns “nomes de rios, lagos e montanhas”.¹²⁵ Desta maneira, dos três matrizes étnicos que compõe uma identidade nacional enunciados, especificamente, por Freyre, a herança luso-açoriana apresentava-se de forma mais definida para sublinhar e afirmar uma brasilidade em Santa Catarina.

¹²⁴ LEITE, Ilka Boaventura (organizadora). **Negros no Sul do Brasil – invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1996. p.40.

¹²⁵ LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. IN: BRANCHER, Ana (organizadora). **História de Santa Catarina – estudos contemporâneos**. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1999.

Luciene Lehmkuhl¹²⁶ aponta para três trabalhos de história que problematizam a questão da “construção de uma brasilidade para Santa Catarina”. O primeiro seria o de Hermetes Araújo¹²⁷ que mostra, justamente, o processo discursivo de posituação do elemento açoriano, no final da primeira metade do século XX em Santa Catarina. Outro trabalho que Lehmkuhl aponta para se pensar um movimento político-cultural de implementação da brasilidade em Santa Catarina é a dissertação de mestrado de Cynthia Machado Campos, “Controle e Normatização de condutas em Santa Catarina”, que analisa no período que vai de 1930 a 1945 o processo de nacionalização implantada após a “revolução de 30”. O projeto de nacionalidade ao Brasil neste período “significou um esforço do governo para “tomar ciência” da diversidade que era Santa Catarina, conhecendo-a nas suas particularidades e nas suas diferentes culturas.”¹²⁸ A política de enquadramento das diversidades culturais sob o nacionalismo totalizante no governo Vargas visava uma integração territorial e cultural, mas quando a diferença cultural era abordada, passava sob o crivo da desigualdade. Neste sentido não houve uma ruptura nas décadas de 1940 e 1950. O terceiro trabalho é o livro de Maria Bernardete Ramos, resultado de sua tese de doutorado, “A Farra do Boi – palavras, sentidos e ficções”, que aborda, no terceiro capítulo, os esforços de certos intelectuais em produzir uma série de discursos que acabam por *inventar* (no sentido que esta palavra alcançou enquanto categoria analítica¹²⁹) a “açorianidade” aos catarinenses. Ou seja, sua tese lança um olhar para o contexto (final da década de 1940) em que houve a re-significação do papel dos “açorianos” na formação da identidade catarinense.

¹²⁶ LEHMKUHL, Luciene. **Imagens além do círculo – o Grupo de Artistas Plásticos de Florianópolis e a posição de uma cultura nos anos 50**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina.

¹²⁷ ARAÚJO, Hermetes Reis de. Op. Cit.

¹²⁸ CAMPOS, Cynthia Machado. **Controle e Normatização de Condutas em Santa Catarina (1930-1945)**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p.45.

¹²⁹ HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. 3ª Edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

O elemento português que, naquele contexto estava sendo chamado de “açoriano”, mereceu um tratamento especial de Walter Spalding:

Santa Catarina é reino privilegiado da grande Pátria Brasileira. Não há atividade humana em que não se tenha ilustrado. É por isso, o cadinho, por excelência, das aproximações. (...).

A descendência açoriana que aqui se fixou, nesta ilha verde, e se espalhou pelo litoral sul-brasileiro, soube conservar intactas as peculiaridades do linguajar, sonórico e cantante. (...).

Canta o coração catarinense nesta homenagem a um povo que deixou o bucolismo e a amenidade das suas nove maravilhosas ilhas, jóias que a mão divina engastou na esmeralda do Atlântico, para vir repetir, nesta ilha de esplendente beleza e de tradições tão caras, a magnífica e encantadora civilização plantada pelo gentio luso no mais oceânico dos arquipélagos atlânticos.¹³⁰

O “açoriano” homenageado apresentava-se como catarinense e brasileiro, destacando-se no “cadinho das aproximações” culturais em relação ao teuto ou o ítalo-brasileiro. Num processo de deslocamento configurou-se um novo cenário da cultura no Estado, que passou a contar com a tradição “açoriana” como a protagonista do teatro político-cultural.

Esta temática regional em torno do “açorianismo” (que Walter Piazza considerava como o símbolo da mais estreita amizade entre Brasil e Açores) ia ao encontro dos planos de proteção ao folclore nacional, incentivando através das comissões estaduais de folclore a promoção de uma cultura específica a cada Estado da federação. Um dos compromissos firmados na Carta do Folclore Brasileiro versava, aliás, sobre o papel da Comissão Nacional de Folclore organizar um “questionário básico ao levantamento do inquérito” (relacionados a metodologia de pesquisa

¹³⁰ Discurso publicado pelo jornal **O Estado**, 08/10/1948.

folclórica baseada em perguntas que eram direcionadas aos entrevistados) que cabia a cada comissão regional adaptar de acordo com “os aspectos específicos referentes a cada Unidade Federada, em particular.” A Comissão Nacional, que centralizava o trabalho folclórico, dependia desta ramificação entre os estados brasileiros para se fortalecer. A força do movimento estava no seu caráter inclusivo, que conclamava a todos os Estados a participar:

A Comissão Nacional de Folclore promoverá através das Comissões Regionais e com possível urgência, o levantamento das romarias existentes e conhecidas nas diversas regiões do país, de modo a estabelecer sua origem, data de realização, local e finalidades. Com êstes elementos será organizado o mapa e calendário das romarias brasileiras.¹³¹

O movimento folclórico apresenta-se, portanto, como um importante eixo de análise para compreender este contexto onde figuravam políticas públicas de valorização de realidades culturais regionais como integrantes da nacionalidade.

Fronteiras do folclore

A relação entre mestiçagem e “cultura popular” foi decisiva ao movimento folclórico nacional, que procurava firmar uma posição autônoma frente os estudos folclóricos estrangeiros¹³². Os folcloristas à frente do movimento nacional não estavam

¹³¹ Carta do Folclore Brasileiro.

¹³² Segundo Luís Vilhena, Édison Carneiro ao procurar legitimar os estudos folclóricos brasileiros, que se iniciavam no período colonial, criticava os estudos de Arnold van Gennep, por exemplo, que entendia o folclore (francês) como a sobrevivência cultural de uma civilização tradicional de origem pré-cristã. Como no Brasil não se poderia encontrar uma civilização tradicional dos termos de Gennep, procurou-se afirmar um folclore baseado no processo histórico de miscigenação de culturas, um folclore que se formava a partir do encontro de raças. Ver: VILHENA, Luis R. Op. Cit. capítulo 3: fronteiras e identidades: intelectuais, disciplina e formação social.

voltados, prioritariamente, para uma cultura ancestral do “povo”, que remontava a um passado longínquo (de uma “arqueocivilização” pré-cristã), perdido no tempo, como acontecera nos estudos folclóricos na Europa. Para eles a “cultura popular” estava ainda em formação, e por isso seus esforços em mapeá-la e classificá-la ainda nos anos 1950. A característica peculiar da cultura brasileira estava calcada no caldeamento entre as diferentes “raças”, e não em uma cultura original, ancestral do Brasil.

Daí resultava uma diferenciação entre as concepções de folclore para os estudiosos europeus e brasileiros: se para os primeiros o folclore representa as manifestações culturais de grupos muito antigos, para os folcloristas brasileiros o folclore faz parte de uma cultura mestiça, híbrida, resultado histórico das relações “inter-étnicas”, que iniciou com a chegada dos portugueses na ‘Pindorama’. Por isso, segundo Luís Vilhena, o folclore brasileiro lido pelos folcloristas brasileiros teria um caráter dinâmico, fruto deste processo de cruzamentos culturais.¹³³

Segundo consta na “Carta do Folclore Brasileiro” (redigida a partir do I Congresso Brasileiro de Folclore realizado no Rio de Janeiro na semana de 22 a 31 de agosto de 1951):

Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo preservadas pela tradição popular (...). São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônima ou não, e essencialmente popular.¹³⁴ (grifo meu)

¹³³ Os folcloristas reconheciam que a defesa do folclore não tinha como objetivo congelar suas manifestações ou mesmo voltar às formas originais. Eles (os folguedos) não mereceriam ser preservados por si mesmos, mas porque condensavam o processo ainda incompleto de gestação de nossa cultura singular. Ver: VILHENA, Luis R. Op. Cit. p.163.

¹³⁴ Carta do Folclore Brasileiro. In: **Boletim da Comissão Catarinense de Folclore**, ano III, set. e dez. de 1951, n. 9 e n. 10. p.55/66.

Os intelectuais brasileiros queriam conhecer e registrar a cultura na sua autêntica configuração. Se, em sua ótica, é através da “cultura popular” que um povo define seus laços identitários/culturais mais profundos, estes laços não estariam na pureza de alguma cultura pré-histórica, mas nos elementos culturais mestiçados onde o brasileiro se constituía enquanto tal. Assim, “o nosso *folclore nascente*, representado pelos *processos aculturativos* dos folguedos, ainda não estaria estabilizado, o que torna a urgência de sua proteção (...)”.¹³⁵

Porém, a busca de legitimidade pautava-se, antes de tudo, pela tentativa de inserção dos estudos folclóricos entre as disciplinas científicas das ciências humanas, transformando o folclore numa disciplina acadêmica. Os congressos organizados pela Comissão Nacional de Folclore visavam discutir estratégias para alcançar o derradeiro objetivo, que, como sabemos, não obteve sucesso. E, um dos fatores do insucesso dos folcloristas para alcançar o status de cientistas sociais estava na dificuldade em se delimitar fronteiras disciplinares mais precisas, que incluía: formular um método (como proceder a análise das culturas populares) e delinear mais precisamente o objeto de pesquisa (se, por exemplo, seria incluído como “fato folclórico” o aspecto não tradicional da cultura, tema de debates acalorados entre os estudiosos, como foi apontado anteriormente).

Os folcloristas ligados ao movimento folclórico nacional, que buscavam legitimar os estudos sobre “cultura popular” como ciência, encontraram dificuldades em precisar melhor as fronteiras para tal disciplina, Renato Almeida, um dos maiores defensores do folclore enquanto uma área específica do conhecimento, dizia que o folclore estava “diretamente” ligado “ao grupo das ciências antropológicas”, assim

¹³⁵ In: VILHENA, Luís Rodolfo. Op. Cit. p.259.

como aproximava-se muito da Sociologia, “relaciona-se com a História, a Geografia, a Psicologia, a Economia, a Arte”.¹³⁶

A tentativa de encontrar uma forma de tratamento científico ao folclore,¹³⁷ mesclando diferentes métodos científicos, mereceu de Oswaldo Cabral o título de “método eclético”, que se constituiria dos seguintes “processos”: “o histórico, o comparativo e o interpretativo”, onde cabia ao analista uma “erudição sólida, uma soma de conhecimentos lingüísticos, históricos, geográficos, antropológicos, sociológicos, artísticos, psicológicos”, onde o analista precisaria ser “um verdadeiro sábio”.¹³⁸

Segundo o folclorista:

A escola eclética surgiu da amplitude e do desenvolvimento que os estudos folclóricos conquistaram. Não seria possível, dentro das antigas correntes metodológicas, inclinadas quase todas para os aspectos literários da tradição popular, situar inteiramente os elementos que hoje integram a ciência folclórica.¹³⁹

Numa tentativa de se afastar definitivamente do campo literário, os folcloristas faziam malabarismos teóricos para legitimar o folclore enquanto ciência. Não pretendo, e nem é objetivo desta dissertação, ater-me nas estratégias para empreender tal objetivo, (para quem quiser se aprofundar neste assunto sugiro o livro de Luís Rodolfo Vilhena indicado na bibliografia). Apenas gostaria de apontar os esforços que esta empreitada demandou aos estudiosos do folclore, como Amadeu Amaral e Renato Almeida na

¹³⁶ ALMEIDA, Renato. **Inteligência do folclore**. Rio de Janeiro : Livros de Portugal, 1957. p.27.

¹³⁷ Para Renato Ortiz a dificuldade de se encontrar uma linha metodológica exprime “a incapacidade de o folclore se transformar em verdadeira disciplina acadêmica”. Ver: ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**. Op. Cit. p.42. Nessa polêmica participou de perto Florestan Fernandes, ex-aluno de Roger Bastide, que não lia o folclore como uma ciência autônoma, mas sim como parte da cultura vista como um fenômeno mais amplo: “não existe um conjunto de fatores folclóricos relacionados causalmente cuja ‘natureza’ o caracterizasse como objeto específico de uma ciência nova”. Ver: FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. 2.ed. São Paulo : HUCITEC, 1989.p.46

¹³⁸ CABRAL, Oswaldo R. **Cultura e Folclore – bases científicas do folclore**. Op. Cit.

¹³⁹ Idem, p. 158.

esfera nacional¹⁴⁰ e Oswaldo Cabral na regional, que se envolveram numa luta intelectual para congregar o folclore como um estudo acadêmico.

O começo da movimentação em torno dos estudos folclóricos foi contemporâneo à “primeira florescência significativa da universidade” (final dos anos 1940), quando os acadêmicos da Universidade de São Paulo (Estado que congregou um número mais significativo de folcloristas apesar da sede do movimento estar localizada no Rio de Janeiro) participavam diretamente de uma “grande efervescência nos estudos sociais no país”.¹⁴¹

Contudo, o desejo em legitimar o folclore como disciplina científica era antigo e existia desde o final do século XIX na Europa, onde o espírito científico rondava a “cultura popular”. Na Inglaterra em 1878 criou-se a *Folklore Society* que procurava estudar o popular e sua cultura a fim de transformá-la em uma nova ciência, a idéia espalhou-se rapidamente ganhando adeptos pelo mundo. Para Renato Ortiz: “a aceitação do termo (folclore) reflete a hegemonia e a consagração de um determinado tipo de análise da cultura popular”.¹⁴² Ortiz se refere a uma análise positivista presente no pensamento das Ciências Sociais do século XIX, que acreditava levar o esclarecimento ao universo popular. Num movimento pendular, os intelectuais oscilavam e iam até o povo para conhecer suas práticas, apropriavam-se do que lhes interessava e retornavam para assim instruí-los e ensinar-lhes sobre eles mesmos, ou melhor, sobre o que os eruditos acreditam ser “cultura popular”.

¹⁴⁰ Sobre a disputa interna entre folcloristas para definir os conceitos que demarcam seu objeto de pesquisa (a cultura popular), que não representava um consenso e sobre as disputas externas, a fim de legitimar o folclore enquanto disciplina (Amaral e Almeida x Florestan) ver: VILHENA, Luis Rodolfo. Op. Cit.

¹⁴¹ Carlos G. Mota indica entre outros títulos produzidos neste período “Manual Bibliográfico de estudos Brasileiros” que contou com a participação de Caio Prado Junior, Alice Canabrava, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda etc. Ver: MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**. São Paulo : Ed. Ática, 1977.

¹⁴² ORTIZ, Renato. Op. Cit.

Esta operação de ir até o povo para conhecer suas tradições estava relacionada ao processo de modernização e industrialização que a Europa atravessava, e procurava, através do Estado Nacional, inserir as classes populares nos saberes da civilização. Para tanto, a imagem negativa de uma “cultura popular” como atraso e *superstição* foi sendo substituída pela de *sobrevivência* e, portanto, passível de ser apropriada pelos discursos nacionalistas, já que o folclore estaria diretamente ligado a um estudo das tradições de uma determinada nação.

Como vimos, no Brasil o folclore estava na pauta do debate sobre a questão do nacional deste as primeiras décadas da república, com os estudos da literatura popular de Silvio Romero. Na década de 1950, por sua vez, operou-se nos quadros intelectuais brasileiros uma nova busca da identidade do povo brasileiro, tendo como cenário o processo de modernização e urbanização que o país atravessava. Frente às ‘ondas cosmopolitas’ nos centros urbanos foi se erguendo um arcabouço teórico e prático por meio de uma série de discursos que tinham como objetivo o resgate das tradições, uma volta às origens do que se acreditava ser a essência do povo brasileiro. O perigo da modernização podia ser lido no Boletim da Comissão Catarinense, onde “a tradição nacional, tão rica de motivos originais” encontrava-se “ameaçada de se desfigurar ao contato das ondas cosmopolitas, que além de esterilizarem o veio popular, tendem deploravelmente a destruir a originalidade das forças vivas do nosso Brasil”.¹⁴³

Neste mesmo sentido Mário de Andrade fala-nos a respeito do choque entre tradição e progresso que de certa forma preocupava os folcloristas:

As danças dramáticas estão em plena, muito rápida decadência.
Os reisados de muitas partes já desapareceram (...), nas regiões

¹⁴³ LIRA, Mariza. Problemas fundamentais do folclore catarinense. IN: **Boletim da Sub-Comissão Catarinense de Folclore**. N.6, ano II, 1951. p. 17.

centrais do país, sobretudo nas mais devastadas pelo progresso, o que existe é desoladoramente pobre, muitas vezes reduzido a mero cortejo ambulatório, que quando pára só pode ainda dançar coreografias puras e alguma rara figuração de guerra, perdida a parte dramática (...). As danças dramáticas lutam furiosamente com a... civilização.¹⁴⁴

Apesar das formulações teóricas dos folcloristas reconhecerem o caráter dinâmico da “cultura popular”, vemos que na prática a ação de registra-la acabava congelando certas imagens que se contrapunham a uma cultura que recebia influências das mais variadas procedências, imagens que seriam gravadas de diferentes maneiras: como peças de museus, como danças dramáticas/folguedos, como imagens pictóricas, como textos escritos, como artesanato etc. Neste sentido a “cultura popular” “protegida” sob estas formas mumificadas estaria “salva” frente aos avanços “devastadores” do progresso.

Cabe frisar que a *missão* protecionista da Comissão de Folclore, que agia a fim de “resgatar” as tradições, não se colocou contra o referido progresso, pelo contrário, fazia parte do mesmo. Seria uma espécie de *missão* compensatória por uma referida destruição provocada pela inevitável onda modernizadora. O movimento folclórico floresceu, justamente, no período desenvolvimentista brasileiro, tentando no mais curto espaço de tempo possível “proteger” o quanto pudesse ser guardado da “cultura popular” para as gerações futuras e, neste sentido, o folclore construía uma certa memória do passado pré-modernizado.

A proteção do folclore dar-se-ia, principalmente, com investimentos em pesquisas junto as comunidades mais afastadas dos centros urbanos. Para isso contava com um “aparelho de gravações” fornecido pelo Instituto Histórico de Santa Catarina, a

¹⁴⁴ ANDRADE, Mário. Op. Cit. p. 69

fim de lançar uma “discoteca do folclore catarinense”.¹⁴⁵ Também eram elaborados “inquéritos”, pelo Departamento Estadual de Estatística, direcionados para os pesquisadores do “interior”, na busca de educar o olhar destes que deveriam delimitar de maneira precisa o objeto que merecia ser listado entre as manifestações ditas folclóricas. Segundo observações das lideranças folcloristas endereçadas aos coletores das cidades interioranas (creio que coletor é uma palavra mais adequada para delimitar a prática dos referidos “pesquisadores”: pessoas encarregadas de enviar informações à Comissão radicada em Florianópolis¹⁴⁶) não se deveria “confundir”, por exemplo, “benzedura com macumbeiro. Este faz despachos e dá-se à prática da magia negra; o benzedor apenas reza”.¹⁴⁷

O folclore, entendido como ciência, delimitaria os objetos que entrariam na classificação de “cultura popular”, e neste caso o olhar pejorativo recaía sobre a chamada “macumba”, que na concepção dos intelectuais autorizados pertencia ao rol das “magias negras”. Percebe-se assim que nem toda prática poderia ser considerada popular, nem toda diferença poderia ser incluída num panorama cultural catarinense. A prática de uma política-cultural que construía discursivamente um folclore regional das culturas “típicas” de Santa Catarina empurrava para as margens outros dizeres, outras palavras que permaneciam na penumbra de uma suposta superstição desviante.

Nos discursos da política cultural da diversidade, onde estão incluídos os estudos folclóricos até aqui analisados, o “outro” é emoldurado, encaixado, iluminado dentro de um quadro de referências específicas, perdendo “poder de significar, de negar, de iniciar

¹⁴⁵ **Boletim da Comissão Catarinense de Folclore**, n. 3, ano I, 1950.

¹⁴⁶ Sobre o funcionamento interno da Comissão Catarinense de Folclore: as relações entre os “membros efetivos” e os “colaboradores”; os “coletores” no interior com os folcloristas da capital etc, seria necessário uma pesquisa que procurasse problematizar, especificamente, estas questões. Diferente deste trabalho, que busca nos discursos folclóricos uma base para se pensar a construção de uma identidade ao Estado. Por outro lado, a escolha em se trabalhar com fontes escritas e não orais (que necessitaria de um tempo mais extenso) direcionou a pesquisa que procurou se debruçar na relação entre textos diferenciados que versassem acerca de cultura local.

¹⁴⁷ **Boletim da Comissão Catarinense de Folclore**, n. 3, ano I, 1950.

seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso”.¹⁴⁸ Neste sentido, o desejo de ciência do folclore consagraria a legitimidade desta leitura específica, destes discursos sobre a diferença, enquanto um somatório que caracterizaria um Estado singular.

No entanto, paralela à luta empreendida para inserir o folclore na academia, os folcloristas lançaram outras estratégias para legitimar, fora da academia, seus estudos. Estas consistiam num trabalho de divulgação com os Boletins de Folclore, através dos Congressos especializados e da relativa abertura das comissões para incorporar um grande grupo de “pesquisadores” que não dominavam o “método eclético” ou qualquer outro método que pudesse reivindicar o título de “científico”. Luís Vilhena chamou esta estratégia em incluir pessoas não especializadas para contribuir com o movimento de estratégia do “rumor”; o que incluía as contribuições dos ‘coletores’ (membros colaboradores do Boletim de Folclore indicados ou “correspondentes municipais”¹⁴⁹) de certas práticas ditas populares de cidades do interior do Estado de Santa Catarina e/ou de municípios afastados de Florianópolis.

Mais ainda, os estudos acerca do folclore deveriam ser anunciados aos quatro ventos, tanto através dos textos publicados nos boletins quanto por meio de romances. Dentro deste jogo não cabia a exclusão de literatos catarinenses de destaque que pudessem contribuir para a fama dos estudos folclóricos, como Othon Gama D’Eça, membro da sub comissão de folclore e autor do livro “Homens e Algas”. Ele apresenta nesta obra as misérias dos pescadores frente ao progresso, numa estrutura de sentimento inserida dentro do movimento literário romântico, que vê o folclore como uma reminiscência de culturas primitivas, do homem puro, simples e ingênuo. Assim,

¹⁴⁸ BHABHA, Homi K. O compromisso com a teoria. In: BHABHA, Homi K. (org.) **O local da cultura**. Belo Horizonte : Editora da UFMG, 1998. p. 59.

¹⁴⁹ Os correspondentes situavam-se em: Araranguá, Blumenau; Caçador; Campos Novos; Chapecó; Curitiba; Ibirama; Imaruí; Indaial; Itajaí; Joinville; Laguna; Lajes; Palhoça; São Francisco do Sul; São José; Tubarão e Urussanga.

mesmo colocada a tentativa de legitimação via academia, os folcloristas catarinenses não dispensaram as contribuições romanceadas (aproximando literatura e “cultura popular”) que colocassem o folclore no burburinho discursivo da intelectualidade que adotara como missão delinear uma identidade cultural ao Estado. O pescador era retratado por Gama D’Eça como uma alegoria coletiva do povo, um herói anônimo, que sobrevive a miséria mantendo suas tradições. Numa referencia ao folclore, diz uma passagem de seu livro: “O boi”, Boi-de-Mamão, folguedo herdado da cultura “açoriana”, “se aproxima”. “Segue o povo. Ninguém ficou em casa, nos panos, nem mesmo doente: a brincadeira é mais forte do que tudo e está misturada no sangue”.¹⁵⁰

Contudo, mesmo com a inclusão de Gama D’Éça, a missão comandada por Renato Almeida em fundar uma disciplina de folclore não foi descartada. Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, os folcloristas faziam parte da “corrente que situa o folclore entre as ciências histórico-sociais (...)”, que estuda “as culturas material e espiritual das classes vulgares que conservam o seu patrimônio cultural através principalmente da tradição oral, embora partes integrantes de sociedades que mantêm uma tradição escrita”.¹⁵¹ Além disso, não havia porque se constranger em convidar determinados intelectuais que tinham uma produção sobre o universo popular calcada na literatura ou nas artes, como Martinho de Haro, para integrar o grupo de folcloristas catarinenses. Presença destacada entre os modernistas em Santa Catarina, Martinho de Haro, que estudara na Escola Nacional de Belas Artes (1927), pintava os “tipos” populares regionais, as “atmosferas regionais, o universalismo dos objetos provincianos”.¹⁵² Deste modo, a atmosfera científica que envolvia o folclore incorporava certas leituras artísticas e literárias para compor um quadro harmonioso da “cultura popular”.

¹⁵⁰ D’Éça, Othon Gama. **Homens e algas**. 3.ed. Florianópolis : FCC : Fundação Banco do Brasil : Editora da UFSC, 1992.

¹⁵¹ CABRAL, Oswaldo R. **Cultura e folclore – bases científicas do folclore**. Op.Cit. p. 22.

¹⁵² AYALA, Waldir. **Martinho de Haro**. Rio de Janeiro : Léo Cristiano Editorial, 1986.

Modernização e folclore

Nem só a “macumba” fora alvo de rejeição dos integrantes da Comissão Catarinense de Folclore e das instituições – Instituto Histórico e Academia Catarinense de Letras – comandadas por uma elite cultural. O estudo sobre as práticas populares de Franklin Cascaes também sofrera represálias, tendo sido excluído das comemorações em torno da colonização “açoriana” no Estado, promovidas, como vimos, no Primeiro Congresso Catarinense de História.

Para Evandro André de Souza, em “Franklin Cascaes: uma cultura em transe”¹⁵³, Cascaes não teria sido aceito entre os congressistas de 1948 devido a falta de cientificidade de suas obras. Estas bandeavam mais ao campo das artes do que ao do folclore entendido enquanto ciência. É importante frisar, contudo, que Cascaes não estava preocupado, somente, em registrar as culturas “primitivas”, mas buscava nelas inspiração para compor, representa-las artisticamente. Neste sentido ele estaria interferindo diretamente sobre a “cultura popular” ao elaborar desenhos, esculturas e escritos narrativos, contrariando um dos pressupostos básicos da Carta do Folclore Brasileiro. Segundo a Carta, os “fatos folclóricos” constituem-se das “maneiras de pensar, sentir e agir de um povo”, que “não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação do patrimônio científico e artístico humano”.

Franklin Cascaes, mesmo tendo sido um artista letrado que olhava o universo da cultura popular a partir de uma ótica um tanto “erudita” (pois estudou artes na Escola

¹⁵³ Sobre Franklin Cascaes ver: SOUZA, Evandro André. **Franklin Cascaes: uma cultura em transe**. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Industrial ou Escola de Aprendizes e Artífices de Santa Catarina, de onde lançou a “possibilidade de edificar sua obra”¹⁵⁴), não apresentaria os pressupostos de um cientista (pois estaria se apropriando e re-criando a partir de um dito folclore original) que apenas registraria e analisaria de maneira “objetiva” certas sobrevivências de uma cultura primitiva.

O desejo que Franklin Cascaes mostrava em participar do Congresso de História não foi suficiente. Nas suas palavras: “quando no ano de 1948 foi comemorado em Florianópolis o bicentenário da colonização açoriana desta Ilha de Santa Catarina, eu senti necessidade de participar na continuação daquela obra social”. E, ingenuamente, talvez, alegando que “possuía um grande acervo de obras em escultura, desenhos, letras e trabalhos manuais, que documentavam vários assuntos e motivos folclóricos,”¹⁵⁵ acreditava que seria possível se inserir no universo dos folcloristas que se debruçavam sobre a história da tradição cultural açoriana. Porém, estas credenciais de um “folclorista-artista”, como o nomeia André Souza, não bastavam para sua inserção na trama em rede montada pelos intelectuais estabelecidos no poder.

O interessante a se observar neste caso é que mesmo Franklin Cascaes sendo, segundo Souza, um “típico” filho de açorianos (que tinha como pais: Joaquim Serafim Cascaes e Maria Catarina Cascaes) e um “legítimo folclorista”, não conseguiu um lugar junto ao grupo que se reunia em torno da comissão de folclore de Santa Catarina. Mesmo sendo um “eu” (herdeiro de uma cultura “luso-açoriana”), ele era visto pelos membros da comissão como um “outro”, como uma presença estranha no círculo social delimitado pelo folclore institucionalizado. Neste sentido, Cascaes incorpora um diferente não incluído no universo dos estudos “açorianos”.

¹⁵⁴ SOUZA, Evandro André. Op. Cit p. 22.

¹⁵⁵ CASCAES, Franklin. Anotações, 1977. In: SOUZA, Evandro André. Op. Cit. p. 33.

Por outro lado, o artista-folclorista não concebia da mesma maneira o processo de modernização, como os principais intelectuais do folclore oficial o percebiam. Cascaes defendia a “pureza” das comunidades pesqueiras de cultura “açoriana” diante de uma ordem política e econômica marginalizante. Com isto, Franklin Cascaes colocava-se de maneira pessimista face à marcha incessante da urbanização, procurando “resgatar” uma cultura em perigo (neste ponto não se diferencia das atitudes da Comissão frente ao universo popular), e se contrapondo a uma modernização feita pela e para as classes sociais economicamente mais favorecidas.

Na contramão da modernização planejada pelos intelectuais que ao mesmo tempo ocupavam postos-chaves no governo estadual e imprimiam estudos folclóricos, Franklin Cascaes, “artista-folclorista”, acreditava ser “essencial lidar com o homem simples, pois era neste ambiente pré-moderno que se gestava a singularidade da cultura das comunidades pesqueiras da ilha de Santa Catarina”.¹⁵⁶

Neste sentido, acredito que a exclusão de Cascaes do quadro institucionalizado em que se encontrava o movimento folclórico em Santa Catarina (conectado a uma ampla rede institucional que incluía: Academia Catarinense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Sub-Comissão Catarinense de Folclore) coloca-nos diante de projetos antagônicos: se por um lado via-se no processo acelerado de urbanização uma ameaça às classes populares, às comunidades pesqueiras do litoral do Estado (e à sua cultura), por outro apresentava-se um projeto de política-cultural conivente com este processo de modernização, que buscava esquadrihar um futuro determinado pela égide desenvolvimentista. A pesquisa das tradições e a identificação das culturas populares pela Comissão, neste caso, apresentava-se como uma resposta a modernização e não uma negação.

¹⁵⁶ Idem. p. 37.

Franklin Cascaes, na luta quixotesca contra este projeto de modernização, encontrou seus opositores justamente entre os estudiosos do folclore concentrados na Comissão de Catarinense. Neste sentido, segundo Reinaldo Lindolfo Lohn, as imagens de Cascaes surgiam como um “contra-futuro, uma utopia às avessas, uma distopia,”¹⁵⁷ que não correspondiam aos anseios de superação do subdesenvolvimento prometido pelas políticas públicas.

A impossibilidade de expor os trabalhos de Cascaes no Museu de Artes de Santa Catarina, dirigido por Martinho de Haro, mostra-nos o tratamento dado àquele autor. Neste caso, foi a alegação da falta de uma atualização estética, adotada pelos modernistas, que excluiu Cascaes. Não era, portanto, somente o critério de cientificidade que delimitara sua inserção social, mas sua maneira de conceber a arte, que também não correspondia aos novos tempos que se desenhavam.

O depoimento de Gelci José Coelho a Reinaldo Lohn reforça uma hipótese para a exclusão de Cascaes do círculo de artistas plásticos é esclarecedora. Segundo Coelho, “esses artistas plásticos que eram eruditos (referindo-se, especificamente, a Martinho de Haro) rejeitaram ele (Franklin Cascaes). Falavam que ele fazia Folclore. A academia rejeitava. Diziam que a obra não tinha valor”.¹⁵⁸

O tom pejorativo atribuído ao trabalho de Cascaes enquanto uma manifestação “sem valor” não surpreende quando percebemos a pretensão, sem êxito, de elevar o folclore à categoria de estudo erudito baseado em pressupostos científicos. Desta forma, se a “macumba” apresentava-se como uma rachadura, uma fresta que colocava em risco a imagem de um quadro harmônico da diversidade cultural catarinense, a marginalização de Cascaes mostra-nos, por sua vez, o círculo trançado pelos membros

¹⁵⁷ LOHN, Reinaldo Lindolfo. Op. Cit.

¹⁵⁸ Entrevista concedida a Reinaldo Lindolfo Lohn em 10 de setembro de 2002. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo. Op. Cit.

da Comissão Catarinense de Folclore, que encerrava, ao mesmo tempo, tradição e progresso num projeto de política cultural unificado a partir da capital do Estado de Santa Catarina. Portanto, a vereda aberta de uma identidade cultural local (baseada numa cultura “folk”) seguia na mesma direção dos projetos modernizadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado, por meio de seus intelectuais autorizados, produzia e fazia circular um conjunto de discursos unificadores em torno da identidade cultural, ora para manter as relações de poder, ora para modifica-las. Em Santa Catarina estava-se querendo modificar para manter, ou seja, modificavam-se as referências simbólicas, o imaginário social sobre o açoriano e o papel dos “outros” (com seus lugares marcados dentro de uma região previamente esquadrihada por uma política de cultura) para manter os lugares privilegiados junto as instituições culturais do Estado. Neste jogo político e simbólico os folcloristas catarinenses, que se diziam muitas das vezes descendentes daqueles açorianos, puderam permanecer nos postos de comando da vida pública.

Portanto a emergência do folclore, na década de 1950, não pretendia democratizar os saberes e transformar as relações sociais, mas sim erguer outro tipo de fronteira entre os diferentes. A intensa produção discursiva (nomeada de científica ou não) que se encarregava de classificar e analisar o domínio das práticas populares colocou a diversidade visível sob uma ótica específica assentada na desigualdade. A “cultura popular” foi uma descoberta e uma invenção das elites que, ao mesmo tempo, buscavam enxergar a si mesmas no panorama deste quadro catarinense diversificado.

A produção discursiva em torno da identidade catarinense encontra-se no centro de um jogo dialógico e de poder. Os intelectuais ligados às instituições oficiais pensavam uma política cultural regionalizada que contemplasse as políticas nacionais de

cultura (ao mesmo tempo em que buscavam um destaque de Santa Catarina no cenário nacional) e que se contrapunha a uma cultura massificada.

Segundo Edgar Garcia, os intelectuais que se debruçavam sobre os estudos folclóricos em Santa Catarina, a partir do final da década de 1940, assumiam o folclore como “uma elaboração decisiva na defesa da autenticidade regional contra fluxos culturais mais cosmopolitas, e portanto, disruptivos”.¹⁵⁹ Neste sentido, ao mesmo tempo em que as tradições apareciam como uma solução que contemplava as expectativas regionalistas a nível de Estado, o tema “cultura popular” serviu para reunir um grupo destacado de intelectuais em torno da Comissão Catarinense de Folclore, que estendia seu campo de influências às instituições acadêmicas e aos órgãos governamentais (como por exemplo a Secretaria de Educação e Cultura) responsáveis em gerir uma política cultural.

Desta forma, o passado tradicional foi recolocado num momento de avanços tecnológicos e dos meios de comunicação de massa, o que mostra a preocupação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em fomentar políticas de cultura que visavam um “resgate” das manifestações “folclóricas”, que em Santa Catarina foi posta em prática pela “associação cultural” formada pela Academia Catarinense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Sub-Comissão de Folclore.

Presenciamos assim a atuação de intelectuais engajados na reconstituição do cabedal folclórico de Santa Catarina sem desviar das metas propostas pelos desenvolvimentistas ao Estado.

¹⁵⁹ GARCIA, Edgar Jr. **Práticas regionalizadoras e o ‘mosaico cultural catarinense’**. 2002. Florianópolis. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina. p.36.

Trata-se do problema de como, ao significar o presente, algo vem a ser repetido, recolocado e traduzido em nome da tradição, sob a aparência de um passado que não é necessariamente um signo fiel da memória histórica, mas uma estratégia de representação da autoridade em termos do artifício do arcaico.¹⁶⁰

A colocação de Homi Bhabha ajuda a entender a noção de folclore como uma categoria discursiva “inventada”, podendo servir a usos variados por grupos sociais distintos, que tomam como ponto de partida a legitimidade de uma cultura de traços ancestrais para movimentar as peças do jogo social de poder. Estas peças serviram aqui a estratégias e movimentações particulares: como produto local para o turismo; como modo de se conceber uma região de múltiplas identidades; e, como pano de fundo cultural às políticas integradoras.

Por outro lado, na década de 1960, ao invés do movimento folclórico apresentar-se no centro dos debates culturais, como vinha acontecendo através das comissões de folclore na década anterior, ele foi sendo marginalizado para dar lugar às novas propostas e metas governamentais acerca da cultura, onde as singularidades passaram a ser problematizadas e vislumbradas na relação com uma cultura mais ampla, dentro de uma perspectiva segundo a qual uma identidade nacional procurava diluir as diferenças.

Era com ressalvas que os “outros” poderiam ser inseridos nas veredas das políticas culturais inclusivas, que procuravam destacar os pontos nevrálgicos de uma sociedade em marcha para a superação do “subdesenvolvimento”. Assim apareciam os estratos não integrados, as margens, que deveriam ser incorporadas aos estudos científicos e às políticas públicas, onde a relação entre culturas era encarada como uma maneira de se diagnosticar as fraquezas do corpo social nas sociedades atrasadas.

¹⁶⁰ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Op. Cit. p. 64/65.

Durante a ditadura militar, o trabalho estava em identificar e enquadrar a diversidade no conjunto harmonioso da cultura nacional.

Porém, com o acelerado processo de massificação cultural do final dos anos 1960 em Santa Catarina, que encontrava na televisão um meio de difusão privilegiado, a identidade catarinense foi pensada a partir do parâmetro da pluralidade cultural, que, por outro lado, representou uma significativa fonte econômica para o Estado. Se a valorização da diversidade colocada pelo “catarinensismo” era uma forma de diferenciação frente a globalização, também significava uma rica fonte de renda neste mundo interligado, onde o turismo passava a representar uma importante indústria moderna.

FONTES

A- Livros, teses e dissertações

CABRAL, Oswaldo R. **Cultura e Folclore – bases científicas do folclore**. Florianópolis : IOESC, 1954.

_____ A vitória da colonização açoriana. IN: **Cultura política**. Rio da Janeiro, n.7 : separata, setembro de 1941.

_____ **Composição do Complexo social de Santa Catarina**. In: Povo e Tradição em Santa Catarina. Florianópolis : EDEME, 1971.

_____ **Os açorianos**. Florianópolis : Imprensa Oficial, 1951.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Cultura, Integração e Desenvolvimento**. Florianópolis : Secretaria de Educação e Cultura (Edições Cultura Catarinense), 1971.

D'Éça, Othon Gama. **Homens e algas**. 3.ed. Florianópolis : FCC : Fundação Banco do Brasil : Editora da UFSC, 1992.

Ensaio sobre sociologia e desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis : Editora Empreendimentos Educacionais Ltda (EDEME), 1971

Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII – 1960). Florianópolis : CEAG/SC, 1980.

Experiência de Santa Catarina. Rio de Janeiro : Laudes, 1971.

Fundamentos da Cultura Catarinense. Florianópolis : edição do Dep. De Cultura da SEC, e da UDESC, 1970.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. **Catarinensismos**. Florianópolis : UDESC – EDEME, 1974.

LAGO, Paulo Fernando. **O turismo em Santa Catarina**. Florianópolis : Conselho do Desenvolvimento do Extremo Sul (Codesul), 1970.

MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina – Nova Dimensão**. Florianópolis : Ed. Universidade Federal de Santa Catarina, 1973.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Introdução à história da literatura catarinense**. Porto Alegre : Movimento, 1980.

_____ **O terno de reis no folclore catarinense**. Florianópolis : DEE, 1950.

Notas e pesquisas sobre o boi-de-mamão. Florianópolis : Comissão Catarinense de Folclore, 1953.

O boi-de-mamão no folclore catarinense. Florianópolis : Departamento Estadual de Estatística, 1949

Reflexões para uma política cultural. Florianópolis : Editora da UFSC, editora Movimento, 1981.

MEIRINHO, Jali. **As instituições da cultura catarinense.** Florianópolis : Edição do Departamento de Cultura – Secretaria de Educação e Cultura, 1970.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização.** Florianópolis : Lunardelli, 19--. P. 102.

PIAZZA, Walter F. **A vitória da colonização açoriana em Santa Catarina.** (Separata do volume 16º do “Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira”). Tipografia Andrade, 1958.

O escravo numa economia minifundiária. Florianópolis : ed. da UDESC, 1975.

SACHET, Celestino e CURI, José. **Língua nacional – 5º grau.** 2ª edição. Rio de Janeiro : Laudes, 1970.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina.** Florianópolis : Ed. da UFSC, 1968.

Nova história de Santa Catarina. Florianópolis : Terceiro Milênio, 1995.

Povo e tradição em Santa Catarina. Florianópolis : Editora Empreendimentos Educacionais Ltda – EDEME, 1971.

SILVA, Jaldyr B. Faustino da, et al. **Fundamentos da Cultura Catarinense.** Rio de Janeiro : Laudes, 1970.

B- Periódicos

Boletim da Comissão Catarinense de Folclore - de 1949 a 1975.

Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – de 1948 a 1975.

Educação em Destaque. Ano 1, n.1. Florianópolis, março de 1970. Boletim oficial da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina e Plano Nacional de Educação. Editado pelo Serviço de Relações Públicas da Secretaria de Educação e Cultura (editor chefe: Carlos Bittencourt). Impresso nas oficinas da gráfica Souza Leão.

Jornal **O Estado** - 02/02/1975 e 07/10/1948.

Revista Catarinense de História, n. 4, 1996.

Revista Catarinense dos Municípios, ano 2, n.16, 1970.

Revista de Ciências Humanas. Florianópolis (UFSC), v.4, n.20, pp. 63-79, 1996.

C- Documentos oficiais

Estatuto da Comissão Catarinense de Folclore.

Aspectos da política cultural brasileira, publicado pelo Conselho Federal de Cultura, 1976.

Discurso de Luiz Felipe da Gama D'Éça, pronunciado na solenidade de colação de grau da turma de engenheiros civis da Universidade Federal de Santa Catarina. 4 de dezembro de 1971. (mimeografado).

BIBLIOGRAFIA

Alma brasileira para o consumo – Política Nacional de Cultura. **In: Arte em Revista**, ano 2, n.3, março de 1980.

AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Mana. [online]. Out. 2001, vol. 7, n. 2. capturado na Wold Wide Web, no site: <http://www.scielo.br>, dia 02 de fevereiro de 2004.

ALMEIDA, Renato. **Inteligência do folclore**. Rio de Janeiro : Livros de Portugal, 1957.

ARANTES, Antônio A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP : Papyrus, 2000.

ARAÚJO, Hermetes R. de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

AYALA, Waldir. **Martinho de Haro**. Rio de Janeiro : Léo Cristiano Editorial, 1986.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na idade média e no renascimento – o contexto de François Rabelais**. 4ª edição. São Paulo : Hucitec; Editora da Universidade de Brasília, 1999.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte : ed. da UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas – o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo : ed. da Universidade de São Paulo, 1998.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. 2ª edição. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Controle e Normatização de Condutas em Santa Catarina (1930-1945)**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CANCLINI, Nestor. **Consumidores e Cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. 2ª edição. Rio de Janeiro : ed. da UFRJ, 1996.

_____. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo : Brasiliense, 1983.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro : J. Olympio; Brasília : INL, 1978.

Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina**. Florianópolis : Insular, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – 1. a arte de fazer**. 6ª edição. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

CHARTIEU, Roger. **A história cultural – entre práticas e representações**. Lisboa : DIFEL, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 12ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1983.

_____ et al. **Política cultural**. 2ª ed. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1985.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo : Iluminuras, 1999.

CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio – a RBS em Santa Catarina**. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1996. Capítulo 2.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2ª edição. Bauru, SP : EDUSC, 2002.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2000.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre o Ontem e o Amanhã – diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí : Editora da UNIVALI, 2000.

FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. 2.ed. São Paulo : HUCITEC, 1989.p.46

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A farra do boi – palavras, sentidos, ficções**. 2 ed.. Florianópolis : Editora da UFSC, 1998. p.133

_____ (org.). **Oktoberfest – turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1997.

FOUCAUL, Michel. **A ordem do discurso**. 8ª ed. São Paulo : Loyola, 1996.

_____ **A arqueologia do saber**. 5ª ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 4ª ed. Recife : Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (MEC), 1967.

_____ **O mundo que o português criou**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1940.

GARCIA, Edgar Jr. **Práticas regionalizadoras e o ‘mosaico cultural catarinense’**. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro : DP & A, 2000.

Historiografia Brasileira em Perspectiva. 2. ed. São Paulo : Contexto, 1998.

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. 3ª Edição. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. IN: BRANCHER, Ana (organizadora). **História de Santa Catarina – estudos contemporâneos**. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1999.

LEHMKUHL, Luciene. **Imagens além do círculo – o Grupo de Artistas Plásticos de Florianópolis e a posição de uma cultura nos anos 50**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

LEITE, Ilka Boaventura (organizadora). **Negros no Sul do Brasil – invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 6ª edição. São Paulo : Editora da UNESP, 2002.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina**. Florianópolis : Lunardelli, 1983.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro – relações de poder e cultura urbana – Florianópolis (1950-1970)**. Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo : Difel, 1979.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo : Companhia das Letras, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira, 1933 – 1964**. São Paulo : Editora Ática, 1994.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo – a diversidade cultural no Brasil nação**. Petrópolis : Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. **A consciência fragmentada – ensaios de cultura popular e religião**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.

_____. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1985.

_____ **Românticos e folcloristas.** São Paulo : Olho de águia, 1992.

PREUSS, Mara Aguiar Souza. **A correspondência epistolar de Henrique da Silva Fontes.** Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Letras-Literatura Brasileira e Teoria Literária), Universidade Federal de Santa Catarina.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro – artistas da revolução, do CPC à era da tv.** Rio de Janeiro : Record, 2000.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira.** 6ª edição. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1960.

_____ **O elemento português no Brasil - Conferência.** Lisboa : Typografia da Companhia Nacional Editora, 1908.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Protocolo do bom cidadão - Série Fontes: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950).** Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHIMITZ, Sergio. **Planejamento estadual – a experiência do PLAMEG.** Florianópolis : Ed. da UFSC, FESC/UEDESC, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930.** São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Evandro André. **Franklin Cascaes: uma cultura em transe.** Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

STRINATI, Dominic. **Cultura popular – uma introdução.** São Paulo : Hedra, 1999.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão – o movimento folclórico brasileiro 1947-1964.** Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1997.